

ATA N.º 5/2020

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA  
SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,  
REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2020:

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Américo Araújo Gonçalves (PS), Licínio Pereira (GCEPP) e Carlos Manuel de Sousa Policarpo (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, dos senhores Afonso Rosário Costa Clara (PSD), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS), Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP) e Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Atouguia da Baleia, de Ferrel, de Peniche e da Serra d'El-Rei, e dos senhores Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP), Maria João Estevam Avelar Rodrigues (PSD), António Paulo Brandão Moniz de Jesus (GCEPP), Ademar Vala Marques (PSD), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU), Vanda Margarida Duarte Pinto Ferreira (GCEPP), Sofia Cecílio Barradas (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Nuno Carlos Alvelos Nico (PSD), Tiago Jorge Carvalho Gonçalves (PS), Pedro Manuel Tavares Varão (CDU), Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), Bruno Miguel Vieira Rasteiro (PSD), Jorge Manuel Azevedo Pinto Guerreiro (CDU), Maria Madalena de Matos Vilhena Sustelo Rosa (PSD) e Ricardo José Silva Gomes (PSD), reuniu-se a Assembleia Municipal de Peniche, para a sua sessão ordinária do mês de setembro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Aprovação de atas de sessões anteriores.

2.º - Período de antes da ordem do dia.

1) Prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido;

2) Apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;

3) Apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.

3.º - Período de intervenção do público.

4.º - Período da ordem do dia:

1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;

2) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a prestação de contas consolidadas relativas ao ano de 2019;

3) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais do Município de Peniche, para o ano de 2020 (modificação n.º 16);

4) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para autorização para assunção de compromissos plurianuais - refeições escolares para o ano letivo 2020/2021;

5) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a 2.ª alteração

ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche para o ano de 2020;

6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para alteração ao Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior.

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e quinze minutos, encontrando-se na sala vinte e um dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

Os senhores Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS) e Pedro Manuel Tavares Varão (CDU) compareceram no decurso da sessão, durante a apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar, e o senhor Jorge Manuel Azevedo Pinto Guerreira (CDU) compareceu no decurso da apreciação de outros assuntos de interesse para o Município, e passaram de imediato a participar nos trabalhos.

Os senhores Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), Ricardo José Silva Gomes (PSD), Pedro Manuel Tavares Varão (CDU) e Jorge Manuel Azevedo Pinto Guerreira (CDU), encontravam-se a substituir os senhores Maria Leopoldina de Fátima Manteigas (GCEPP), Célia Sousa Martins (PSD), José António Bombas Amador (CDU) e Álvaro André Paiva Amador (CDU), que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Os senhores David Pedrosa Antunes (GCEPP), Hélder Marco Rodrigues dos Santos (GCEPP) e Inês Fitas Cação (CDU), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Ana Rita Trindade Petinga (GCEPP), Mark Paulo Rocha Ministro (GCEPP), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Jorge Manuel Rosendo Gonçalves (PS) e Rogério Manuel Dias Cação (CDU).

A sessão foi secretariada pela Chefe da Divisão de Administração e Finanças, do Município de Peniche, Josselène Nunes Teodoro, coadjuvada pela Assistente Técnica, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

### APROVAÇÃO DE ATAS DE SESSÕES ANTERIORES

Foi presente a ata n.º 2/2020, respeitante à sessão ordinária do mês de abril, realizada no dia 19 de junho de 2020, tendo sido dispensada a leitura da mesma por o respetivo texto ter sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

Postas à discussão usaram da palavra os senhores adiante identificados:

**Ademar Marques (PSD):**

Disse que, em relação à ata, apesar de ter chegado, apenas, hoje e, na sua opinião, para as pessoas terem tempo de a ler convinha começar a enviá-las com mais tempo, ou então deixá-las para a sessão seguinte. Referiu que a leu e pareceu-lhe estar correta, estando, apenas, em falta uma declaração de voto que já remeteu.

**Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):**

Deu conta que estavam em falta as declarações de voto da Bancada do Partido Social Democrata e do Partido Socialista, mas que já foram enviadas.

Submetida a ata em apreço a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com 19 votos a favor.

Apenas participaram na aprovação da ata os membros da Assembleia Municipal que estiveram presentes na reunião a que ela respeita, observando o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O EXPEDIENTE RECEBIDO:**

O senhor Presidente da Mesa deu conhecimento de que o expediente recebido desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal se encontrava disponível para consulta, na plataforma digital destinada aos documentos referentes às sessões da Assembleia Municipal, dispensando-se, por isso, a sua leitura.

**APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:**

A Assembleia Municipal passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

**Inês Lourenço (GCEPP):**

Apresentou, verbalmente, a seguinte moção:

«Moção

*Pela disponibilização de testes gratuitos a professores, assistentes operacionais e alunos*

*Considerando que:*

a) *O contexto de pandemia obrigou ao encerramento de todos os estabelecimentos escolares no dia 16 de março de 2020, com grave prejuízo para toda a comunidade escolar, em particular para as aprendizagens dos alunos;*

b) *Uma boa parte dos docentes em exercício de funções nas escolas pertence a grupos de risco, principalmente devido à faixa etária média da classe docente;*

c) *A ausência de sintomas em grande parte da população jovem faz com que as potenciais infeções por COVID-19 passem despercebidas e se tornem potenciais fatores de contágio, visto que o critério de testagem definida está associado ao aparecimento de sintomas;*

d) *A transmissão do SARS-CoV-2 na população pediátrica permanece "um enigma" alvo de estudo e de poucas conclusões definitivas;*

e) *Segundo um estudo a nível mundial, realizado pela Organização Internacional do Trabalho, a COVID-19 deixou um em cada oito jovens (13%) sem qualquer acesso a aulas, ensino ou formação, números que também se encontram próximos da realidade portuguesa.*

f) *A Escola constitui-se como a espinha dorsal da nossa sociedade enquanto*

*ferramenta fundamental para debelar desigualdades sociais, pelo que a não frequência de aulas tende a penalizar os mais vulneráveis.*

*g) O regresso às escolas no ano letivo de 2020/21 assume particular importância a todos os níveis, e a reabertura das escolas é tida como essencial para o retorno de muitas famílias ao trabalho e como um fator de recuperação de aprendizagem fundamental para as crianças e jovens;*

*h) A reabertura das escolas faz aumentar os contactos sociais e físicos devido à mobilidade subjacente de retorno ao trabalho por parte de muitas famílias, transporte para a escola e retomar de muitas relações sociais interrompidas, fator que potencia a disseminação do vírus na comunidade;*

*i) A identificação precoce de casos positivos pré-sintomáticos é uma medida de prevenção que permite agir sobre eventuais cadeias de transmissão antes que elas se transformem em surtos, dentro e fora das escolas;*

*j) A testagem regular pode ser particularmente importante no período do Inverno onde as constipações ou gripes podem ser confundidas com a COVID-19. Separar outras doenças da COVID-19 trará menos sobrecarga ao Serviço Nacional de Saúde e menos sobrecarga aos agregados familiares que assim não necessitam de períodos de quarentena com consequências económicas e financeiras associadas.*

*Assim, a Assembleia Municipal de Peniche reunida a 25 de setembro de 2020, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:*

*1- Instar o Governo a organizar os meios e os recursos para a realização de testes gratuitos a todos os professores/as, alunos/as e assistentes operacionais das escolas públicas, no âmbito do início do ano letivo, em articulação com as autarquias e saúde pública, remetendo para posterior testagem mais sensível, e também gratuita, os casos positivos resultantes do primeiro teste;*

*2- Instar o Governo a assegurar que os agrupamentos escolares e equipas de saúde locais, em articulação com as autarquias e saúde pública, têm capacidade para disponibilizar gratuitamente a realização de teste rápido a professores, alunos e assistentes operacionais, a qualquer momento do ano letivo, e dissemine conteúdo formativo com conhecimento e boas práticas sobre a COVID-19 e o processo de testagem e isolamento;*

*3- Instar o Governo à realização do teste periódico por amostragem para monitorizar o estado epidemiológico das escolas.»*

*Apresentou, ainda, a saudação que a seguir se transcreve:*

*«Saudação à escola pública*

*A Escola Pública foi uma das primeiras instituições da Democracia a ter de responder rapidamente à pandemia da covid-19, criando um ensino não-presencial de emergência a partir dos recursos pessoais dos professores e dos alunos, e servindo de apoio à comunidade através do acolhimento dos filhos dos trabalhadores dos serviços essenciais e das refeições que continuou a fornecer aos beneficiários da ação social escolar;*

*Reveladas as limitações e os riscos sociais, pedagógicos e psicológicos do ensino a distância, a Escola Pública teve de se preparar, mesmo com recursos limitados, para receber milhares de crianças e jovens em condições de segurança neste ano letivo que agora se inicia. O regresso ao ensino presencial é hoje um consenso na sociedade portuguesa, tão grande ou maior do que aquele que levou ao seu encerramento. Mesmo sabendo que há riscos no regresso, que há dúvidas, pior seria a certeza de uma geração sem educação.*

*As escolas, as direções, os profissionais de educação estão a fazer tudo o que está ao seu alcance para garantir que o início do ano letivo acontece nas melhores condições possíveis. No entanto, são evidentes as dificuldades: a instabilidade criada por um corpo docente envelhecido com*

*milhares de professores pertencentes a grupos de risco; a falta de funcionários provocada por uma portaria de rácios desadequada e cujo reforço devido à pandemia ainda não chegou às escolas; o desafio de adaptar os espaços físicos às necessidades de distanciamento.*

*É inegável que a tarefa dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas seria facilitada se Escola Pública estivesse apetrechada com docentes mais jovens, com reforço da contratação de professores e um plano do Governo que permitissem a redução do número de alunos por turma e a adaptação das escolas ao contexto da pandemia. A pandemia mostrou que o investimento na Escola Pública, além de um desígnio, deve ser uma prioridade nacional.*

*Assim, a Assembleia Municipal de Peniche reunida a 25 de setembro de 2020, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:*

*1. Saudar a mobilização e o empenho da Escola Pública na resposta aos desafios lançados pela pandemia da covid-19, demonstrando uma vez mais o seu papel essencial no cumprimento dos ideais democráticos da igualdade e da justiça social;*

*2. Saudar os professores e as professoras, os profissionais não-docentes, as alunas e os alunos e as suas famílias pelo esforço coletivo para garantir a missão pedagógica e comunitária da Escola Pública.*

*3. Declarar o compromisso desta autarquia na defesa da Escola Pública e no apoio a todos os Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas para enfrentar os desafios da pandemia de COVID-19.»*

**Ademar Marques (PSD):**

Disse que:

Seria absolutamente coerente no que iria dizer. Na sua opinião, é muito mais útil fazer recomendações à Câmara Municipal do que fazê-las ao Governo, e tem-no como princípio desde os doze anos que está na Assembleia Municipal, não significando que não votaria a favor a moção e a saudação, mas é importante ser dito o seguinte: na sua opinião, como resultado das poupanças que a Câmara Municipal conseguirá através da não realização, que todos lamentam, mas que se impõe, de um número considerável de eventos neste ano, algum do dinheiro poderia e deveria ser investido em testagem, não só de professores e alunos, mas, eventualmente, de outros grupos também. Referiu que, mesmo achando que o Governo o poderia fazer, também é da opinião que dificilmente o fará porque a Câmara Municipal ou a Assembleia Municipal de Peniche o disse, no entanto acha que a Câmara Municipal poderia pensar em investir na testagem. Reforçou que acha bem a Moção ser aprovada, mas acharia, também, bem ser a Câmara Municipal a ter a iniciativa e todos os que têm filhos nas escolas estariam mais descansados se isso fosse feito.

Relativamente à saudação à escola pública, saudava a importância da educação, em primeiro lugar, a educação é um bem público fundamental, seja a provisão pública ou privada, não tem qualquer preconceito em que a provisão do bem educação, por escolha dos pais, seja privada e, portanto, o esforço que foi feito por escola pública e privada deve ser saudado e o regresso à escola é fundamental, seja ela pública ou privada. Referiu que em Peniche existe para o Pré-Escolar Instituições que, de facto, providenciam esse bem e não é só a escola e a pré-escola pública que deve ser saudada, são também as IPSS que fizeram no nosso concelho um enorme esforço para se adaptarem a esta nova realidade. Acrescentou que aquela saudação não deveria ser à escola pública, deve ser à Educação pública ou privada e, também, no nosso concelho há privada que faz também um esforço com os pais para que se consiga ultrapassar estes momentos difíceis e é

fundamental, de facto, que se regresse à escola. Disse, ainda, que saudando a escola pública ou privada, votará a favor da Moção e da Saudação.

**Tiago Gonçalves (PS):**

Disse que:

Quando ouviu a apresentação daquelas moções, ficou com dúvidas se estariam a ser apresentadas pelo Grupo Parlamentar da oposição, foi a primeira dúvida que assistiu, porque, efetivamente, a apresentação daquele tipo de medidas e propostas deve ter alguma coerência com aquilo que será, posteriormente, a execução política de quem tem condições para poder operacionaliza-las, ou seja, se o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche entende que é importante fazer testagem massiva de professores e alunos nas Escolas Básicas e Secundárias do concelho de Peniche, então a Câmara Municipal de Peniche pode tomar a iniciativa de o fazer, à semelhança de muitas outras autarquias no país. Disse, ainda, que moções desta natureza deveriam ser apresentadas com maior antecedência, para lhes permitir preparar melhor as suas intervenções. Adiantou que sabia que o senhor Presidente da Assembleia Municipal não tem essa responsabilidade, mas não consegue concordar com alguns dos pontos que são evocados, dando nota que a sua formação não sendo na carreira médica, que confiava, por exemplo, naquilo que foi dito pela Professora Infeciologista Pediátrica do Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central, a senhora Doutora Maria João Brito, que diz que a taxa de transmissão parece ser menor nas crianças pequeninas, com base em estudos que a própria foi desenvolvendo ao longo dos anos, relativamente à gripe e, em concreto, relativo à Covid-19, através da sua experiência nos últimos meses.

Os testes rápidos de antigénios estão a ser avaliados, tanto pela Direção Geral da Saúde, pelo Instituto Ricardo Jorge e pela Infarmed - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P. e, por outro lado, a evidência atualmente disponível não permite utilizar aquele tipo de testes para diagnóstico, uma mensagem que tem sido veiculada por muitos técnicos e peritos na área, no que toca ao Instituto Ricardo Jorge, que é um laboratório Nacional de referência. Referiu que eles poderão ter utilidades em determinados contextos e em determinados casos suspeitos, mas essas condições estão, ainda, em avaliação. Perguntou se houve alguma medida, no âmbito da ação social escolar, que a autarquia tivesse tomado relacionada com a Pandemia de Covid-19. Concluiu que, de facto, a realização e a proposta de medidas devem começar, na sua opinião, pelo patamar autárquico e só depois fazer algum tipo de exigência aos executivos nacionais.

**António Moniz (GCEPP):**

Relativamente à questão levantada pelo senhor Deputado Ademar Marques, sobre a moção e saudação, sublinhou que a intenção, mesmo que vise o Governo, seria em situações necessárias, sobretudo a sua intervenção no apoio ao Município no seu conjunto, principalmente quando se trata de alguns investimentos que, nomeadamente, têm que ver com a saúde pública. Referiu que, por esse motivo, é importante que haja uma responsabilidade, sobretudo, do Governo e, por conseguinte, uma mensagem do Município para o Governo, seja ele qual for.

Em relação à escola pública, disse que a saudação vinha no mesmo sentido, como já houve outros em Assembleias Municipais anteriores, como por exemplo sobre o Serviço Nacional de Saúde. Referiu que se tratava de um esforço ao nível nacional que é

feito, sobretudo, pela atividade pública, no caso, da Educação, e é nesse sentido que fizeram aquela saudação, não significando que o Município ou os Deputados da Assembleia Municipal de Peniche não queiram saber do esforço por parte da iniciativa privada ao nível da Educação, no entanto, os pressupostos são destintos, têm que ver com o interesse público e com o tipo de financiamento que é feito às Instituições que não só têm mais estudantes, logo têm que ter uma atenção particular, e obedece a outro tipo de intervenção política do Município e da Câmara Municipal.

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Disse que:

Gostaria de deixar uma palavra, nesta fase, de solidariedade a todos, porque o momento que se vive em todo o mundo é difícil.

Relativamente à Covid-19 e à proposta apresentada, se deveria distinguir o essencial do acessório e, também, o que são competência municipais e competências do Governo. Referiu que não tem dúvidas que qualquer proposta que aponte no sentido de aumentar a despesa das autarquias, na Área da Saúde, pode ser justa e necessária. Admitiu que em situações excecionais, que estão infelizmente a acontecer, possam exigir da parte de cada uma das autarquias uma medida concreta. Deu conta que é Presidente de uma IPSS do concelho de Peniche, com quinze trabalhadores e setenta e seis crianças, e não foi contacto pela Câmara Municipal e isto é relevante na relação que deve existir com todas as entidades, todas as estruturas, todas as Associações e todas as IPSS que trabalham neste concelho.

Sobre a moção, concordava com a sua essência, com o objeto, mas chamou à atenção de que devem ser rigorosos, relativamente aos critérios, ou seja, quais são as prioridades.

Em relação à escola pública, nunca, tanto como hoje, quer o sistema nacional de saúde como a escola pública ganham a importância que têm e que levou à sua criação e à sua valorização, pelo menos, depois da Revolução do 25 de Abril de 1964.

**Ademar Marques (PSD):**

Disse que:

Lhe parecia evidente que a saúde pública, tanto é municipal como é nacional, o importante, tal como na educação, é que a provisão aconteça. Se na educação é entre o público e o privado, na saúde seria entre o municipal ou o nacional, o importante é que os cidadãos tenham a qualidade de vida e a saúde que merecem.

Sobre a Educação, não concordava em nada com o que foi dito pelo senhor Deputado António Moniz. Referiu que a Educação é um bem público e durante muitos anos a provisão do pré-escolar foi inteiramente privada pelas IPSS. Acrescentou que atualmente existe pré-escolar público no concelho, que é positivo, mas o esforço que é feito pelas IPSS é para prover um bem que é público, e por isso é subsidiado pela Segurança Social. Acrescentou que pretendia vincar, muito bem, que a saudação à escola, da sua parte, é à escola pública e à escola privada, nomeadamente no caso da IPSS do concelho, saudando o esforço que têm feito numa fase de Pandemia e que o Partido Social Democrata, na Câmara Municipal, propôs que fossem apoiadas por esse esforço, que infelizmente não aconteceu, e esperam que elas tenham conseguido ultrapassar as dificuldades que viveram, com a quebra de receitas, porque as mensalidades foram suspensas, mas as despesas mantiveram-se. Concluiu dizendo que a saudação, no seu

caso, iria, também, muito claramente para as IPSS do nosso concelho.

**Tiago Gonçalves (PS):**

Deu nota que as atribuições dos Municípios de acordo com a Lei, são, entre vários domínios, o domínio da Saúde, da Ação Social, da Educação e, portanto, estavam a falar de que o Município, caso queira, poderá ter e tomar medidas nestas áreas, obviamente, respeitando os seus limites e os limites de cada uma das entidades que se envolvem naqueles domínios.

Disse que o critério de testagem está definido por autoridades de saúde, se os Municípios, as autarquias, as entidades privadas quiserem ir além desses critérios, terão que assumir isso como uma política sua. Referiu que existe uma opção que vai além daquilo que está estipulado, terá que ser uma decisão tomada pela autarquia, ou seja, se é pretendido fazer mais do que aquilo que é o critério científico que determina a testagem, será uma decisão do Município. Acrescentou que o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche deveria propor ao Município, na sua opinião, essa decisão, mas é importante convocar o último relatório do Centro Europeu de Prevenção e Controlo de Doenças (ECDC) que diz claramente, num dos pontos do relatório, que é de agosto de 2020, que uma pequena proporção, menos de 5% dos casos gerais de Covid-19 notificados na União Europeia e no Reino Unido são entre crianças com menos de dezoito anos ou com dezoito anos. Disse, ainda, que teriam que ver, efetivamente, que para ter boas decisões, têm de pensar, no âmbito das decisões, e perceber se de facto elas são justificáveis, porque mobilizam encargos que não são apenas financeiros, poderão ser, também, de recursos humanos que estão a ser desviados de outras circunstâncias que são de facto prioritárias, para fazer tarefas que não são tão prioritárias. Referiu que era importante ler outro ponto do relatório do Centro Europeu de Prevenção e Controlo de Doenças (ECDC) que diz claramente: «*As investigações de casos identificados em ambientes escolares sugerem que a transmissão de criança para criança nas escolas é incomum e não é a causa principal de infeção por SARS-COV-2 em crianças cujo início de infeção coincide com o período durante o qual estão frequentando a escola.*» Perante todos estes argumentos, parece-lhe que podem conceder nesta moção, mas, efetivamente, existem algumas reservas, primeiro, relativamente ao alargamento do critério que as autoridades de saúde definiram e se a autarquia quiser ir para além disso e se é esse o entendimento deve mobilizar os meios necessários para tal e, por outro lado, a eficácia dos testes propostos na moção que não estão, ainda comprovados pelo laboratório nacional de referência nesta matéria e, na sua opinião, convém, quando se faz este tipo de propostas, estar tecnicamente sustentadas.

**Deliberação n.º 5/2020:** Submetida a moção apresentada pela senhora Inês Grandela, pela disponibilização de testes gratuitos a professores, assistentes operacionais e alunos, a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por maioria, com vinte (20) votos a favor, dos eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Social Democrata (8), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo senhor Presidente da Mesa, Américo Gonçalves, do Partido Socialista (1) e quatro (4) abstenções, dos eleitos pelo Partido Socialista (4), aprová-la.

**António Moniz (GCEPP):**

Apresentou, verbalmente, a seguinte recomendação:

«*Recomendação - Para a instituição efetiva das Regiões Administrativas*



Considerando que:

i) As CCDR são organismos periféricos da administração central sob a tutela de ministérios das áreas da Coesão Territorial, Ambiente e Autarquias Locais, que gerem fundos comunitários, prestam apoio técnico às autarquias e associações de desenvolvimento regional.

ii) Com este decreto existe a possibilidade de partidarização de todo este modo de funcionamento.

iii) A Eleição do presidente é efetuada por um colégio eleitoral composto pelos eleitos autárquicos da área territorial abrangida pela Comissão de Coordenação, no entanto, nenhum autarca foi eleito com atribuição desta competência e, por tal, não representa a população para esta votação. Assim, esta eleição distorce a legitimidade democrática de um sufrágio direto e universal.

iv) Mesmo partindo do princípio da representatividade dos autarcas, como é afirmado no documento, este argumento também se torna inválido e ilegítimo porque o decreto aponta para uma eleição a decorrer no mês de outubro, precisamente a um ano de eleições autárquicas que, com certeza, alterará o quadro político-partidário dos eleitos.

v) É elegível qualquer cidadão com uma única premissa (grau de licenciatura). No entanto, como qualquer candidatura a presidente tem que ser subscrita, pelo menos por 10% dos membros do colégio eleitoral, somente os apoiados pelos partidos maioritários terão essa possibilidade. Tomemos como exemplo a CCDR Norte – 8 regiões de NUT's nível III com 86 concelhos; 1420 freguesias o que corresponde a um colégio eleitoral de 4.380 eleitores – 10% corresponde a 438 subscritores. Estamos a falar de um colégio eleitoral dependente de fidelidade partidária e de integração de objetivos em toda a região.

vi) Existe aqui uma entorse à democracia, na medida em que o condicionante eleitoral efetivamente retira a capacidade eletiva a quem não estiver a coberto dos partidos maioritários (no caso da CCDRN – PS e PSD) e, por conseguinte, impede a pluralidade de candidaturas, o que configura uma inconstitucionalidade.

vii) Todo o processo de auscultação às bases autarcas, como o grande trunfo democrático, cai por terra com o Artigo 3.º I ponto 2, alínea d) que refere que “os mandatos do presidente e vice-presidentes cessam por deliberação do governo, mediante resolução do conselho de ministros”.

viii) Esta é uma visão centralizadora de exercício do poder, que em nome da dita descentralização amarra os autarcas eleitores ao espírito dessa visão.

ix) No caso dos vice-presidentes o processo é designado como eleição inter pares, mas na verdade, não passa de uma indicação dos presidentes de câmara. Tem de existir um acordo de nome entre os titulares das pastas ministeriais da Coesão Territorial, que propõe, e do Ambiente e Autarquias Locais que dão o aval.

x) Para além destes reparos pontuais ao espírito da lei, temos uma crítica estrutural aos intentos do decreto, porque consideramos que estamos perante uma perspetiva distorcida de poderes intermédios com a intenção deliberada de não efetivação de algo que está consagrado na Constituição Portuguesa desde 76, a Regionalização.

xi) Esta visão compartilhada entre o governo e o Presidente da República tem vindo a ser politicamente acertada no sentido de encapotar a Regionalização e, mais uma vez, não cumprir o exigido no Artigo 236.º da Constituição da República que no seu ponto 1 diz: No continente as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas.

Assim, a Assembleia Municipal de Peniche reunida a 25 de setembro de 2020, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

1. Recomendar, às legítimas instituições da República, que se avance, o mais rapidamente possível, para o processo de instituição efetiva das Regiões Administrativas, prevista na Constituição desde 1976.»

**Ângelo Marques (PS):**

Agradeceu ao Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche as intervenções efetuadas. Disse que reconhecia a sua dificuldade, porque moções desta tipologia, com esta profundidade de pensamento e de análise, teria que solicitar ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que aceite moções até uma certa data, porque não tem condições de a votar. Informou que o PS não iria votar a moção.

**Tiago Gonçalves (PS):**

Corroborou as declarações feitas pelo deputado Ângelo Marques (PS). Informou que não iria votar a moção por não ter tido tempo para analisar e indo de encontro com a informação dada no ponto iv) da moção o qual passou a citar: *“Mesmo partindo do princípio da representatividade dos autarcas, como é afirmado no documento, este argumento também se torna inválido e ilegítimo porque o decreto aponta para uma eleição a decorrer no mês de outubro, precisamente a um ano de eleições autárquicas que, com certeza, alterará o quadro político-partidário dos eleitos.”*, não se sentindo assim confortável para fazer uma votação em consciência sobre a moção.

**Ademar Marques (PSD):**

Constatou que se encontravam a cerca de 45 minutos a discutir assuntos que não seriam de todo do interesse de Peniche e que deveriam de certa forma ser mais contidos na quantidade de informação desnecessária que levam á Assembleia Municipal. Disse que não tinha qualquer problema em discutir e votar a moção porque independentemente das questões das CCDR é contra a regionalização e que o próprio povo português já se manifestou contra o mesmo e como tal se pensarem novamente na regionalização o povo português deveria também ser ouvido novamente. Informou que se tal acontecer fará campanha contra a mesma e de tal forma disse que não faz muita intenção em votar na moção e que se votar votará contra.

**Presidente de Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Disse que por uma questão de princípios e por sermos todos portugueses é a favor das regiões na Madeira, Açores e Continente. Disse ser uma honra perceber que em certas regiões do país existem pessoas que se dedicam e trabalham bem para o desenvolvimento das suas regiões. Disse não perceber porque é que o Algarve não é considerada uma região. Disse compreender que estas moções são políticas e que têm uma carga ideológica. Constatou que existe um ponto da proposta que merece relevo em termos de discussão que é a eleição das CCDR que afirma ser uma vergonha e que vai faltar a mesma porque diz não ir votar numa pessoa para presidente das CCDR quando essa pessoa já está eleita porque existe um acordo entre os dois maiores partidos e todos sabem disso. Afirma que o que disse na Assembleia Municipal disse também no parlamento quando entrevistou na comissão.

**António Moniz (GCEPP):**

Apresentou, verbalmente, a seguinte saudação:

«Saudação à causa Antirracista

Considerando que:

1. O assassinato de George Floyd em Minneapolis, EUA, a 25 de maio de 2020,

*desencadeou uma onda de solidariedade antirracista por todo o mundo;*

2. *No passado dia 6 de junho, milhares de pessoas em Portugal saíram às ruas de forma espontânea pela igualdade de direitos e contra o racismo e xenofobia;*

3. *Diversos coletivos e movimentos sociais uniram as suas vozes numa manifestação em prol de uma sociedade mais justa e igualitária – por condições de trabalho dignas, pelo direito à habitação, pela defesa do clima, pela igualdade de género, contra a discriminação e o racismo;*

4. *No atual contexto mundial, em que se afirmam ideais contrários aos da sociedade democrática e igualitária, e no contexto nacional, onde se verifica um aumento a cada ano de queixas apresentadas à Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, é especialmente relevante reconhecer a esperança que uma manifestação antirracista de dimensão sem precedentes traz consigo;*

5. *E existem, no nosso concelho, significativas iniciativas de integração social das várias comunidades étnicas, como por exemplo, os Gabinetes de Proximidade – Projeto GPS, Estratégia Local de Habitação ou Núcleo Local de Inserção do Rendimento Social de Inserção (NLI), com resultados positivos.*

*Assim, a Assembleia Municipal de Peniche reunida a 25 de setembro de 2020, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:*

1. *Saudar a mobilização social antirracista, bem como todas as pessoas e estruturas representativas, que lutam pela igualdade, liberdade e pela garantia de direitos;*

2. *Reafirmar e declarar este município como município antirracista e que promove a integração social de todas as comunidades étnicas que vivem no nosso concelho e que promovem o seu desenvolvimento.»*

**Ademar Marques (PSD):**

Disse ser um assunto importante e que é evidente que ainda existe muito racismo na nossa sociedade e que já se percorreu um longo caminho e que o racismo tem de continuar a ser combatido. Informou ser complemento contra a tentativa de rescrever a história através das manifestações contra o racismo, mas que das mesmas advém atos de vandalismo e violência.

**Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Apresentou um voto de felicitação ao cidadão António Évora, por ter sido nomeado como um dos três melhores atores, no Festival de Curta Metragem, juntamente com dois atores, um Israelita e um Americano. Solicitou que a Assembleia Municipal endereçasse o respetivo voto, porque a eleição do melhor ator decorrerá durante o mês de novembro, mas o facto de ter sido nomeado um Português, do nosso concelho, merece honras de felicitação da Assembleia Municipal de Peniche.

Apresentou dois votos de pesar, pelo falecimento de dois funcionários do Município de Peniche, ao senhor José Madeira da Silva, um homem que trabalhou muitos anos no Município de Peniche e, também, ao senhor José Carlos Caldas Sousinha. Solicitou que se enviasse há famílias as condolências da Assembleia Municipal.

**Ademar Marques (PSD):**

Associou-se aos votos de pesar e, naturalmente, à alegria pela nomeação do senhor António Évora, uma pessoa que todos estimam.

**Ângelo Marques (PS):**

Disse que Bancada do Partido Socialista corroborava com as palavras do senhor

Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, e do senhor Deputado Ademar Marques.

**António Moniz (GCEPP):**

Disse que Bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche corroborava com as palavras do senhor Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, e do senhor Deputado Ademar Marques.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Apresentou um voto de pesar pelo falecimento do senhor João Henrique Bruno Machado, funcionário do Município de Peniche.

**Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Associou-se ao voto de pesar endereçado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal.

**Mariana Rocha (CDU):**

Apresentou, verbalmente, a seguinte saudação:

*«Em tempo de pandemia é justo saudar os que estão na linha da frente, aparecendo-nos logo no horizonte os profissionais que intervêm na área da saúde, da segurança e da proteção civil. Mas hoje gostaríamos de trazer á Assembleia Municipal um gesto de reconhecimento sob a forma de saudação aos profissionais e dirigentes que, nas organizações do movimento associativo, têm assegurado condições de dignidade e segurança no apoio aos grupos mais vulneráveis e/ou fragilizados da nossa sociedade, como o são as pessoas idosas ou as com deficiência. De facto, sem a entrega e profissionalismo de dezenas de profissionais e dirigentes, que, com muitas dificuldades e por vezes com prejuízo das próprias situações pessoais e familiares, asseguram o funcionamento de lares, estruturas de apoio ocupacional e serviços de apoio domiciliário, a qualidade de vida e segurança das pessoas apoiadas ficaria certamente posta em causa. É por isso de todo merecida e justa esta saudação que, sendo simbólica, encerra apesar disso um sentimento de profunda gratidão.»*

Apresentou, ainda, a moção que a seguir se transcreve:

*«Moção*

*Suplemento de insalubridade, penosidade e risco*

*O Decreto-Lei n.º 53-A/98, de 11 de março, que regulamenta as condições de atribuição dos suplementos de risco, penosidade e insalubridade, consagrou as figuras de compensações suplementares e demais regalias a atribuir, em função de algumas particularidades específicas do trabalho prestado, no âmbito na Administração Pública, cuja regulamentação nunca foi efetuada em prejuízo dos trabalhadores, que nunca viram os seus direitos devidamente garantidos. Com a publicação e entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, foi revogado expressamente o Decreto-Lei n.º 53-A/98, de 11 de março, ficando previstos os suplementos remuneratórios como componentes da retribuição sem, no entanto, os designar e/ou regulamentar, continuando os trabalhadores a executar trabalho em condições de risco, penosidade ou insalubridade, sem qualquer reconhecimento, a sua condição, nem do pagamento da compensação devida. A obrigatoriedade do pagamento dos suplementos remuneratórios passa a estar triplicada na lei geral do trabalho em funções públicas, a qual revoga a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, mas na verdade sem determinar o seu âmbito de aplicação, regras de cálculo e modo de pagamento destes suplementos, bem como dos respetivos complementos a atribuir em acréscimo aos referidos suplementos, permanecendo esta obrigatoriedade num vazio e os trabalhadores visados, sem o*

*pagamento de qualquer suplemento e/ou complemento que compense os danos eventuais ou efetivos do trabalho executado em condições de risco, penosidade ou insalubridade. No decurso da difícil situação de pandemia que vivemos, ficou demonstrada a importância da atribuição do suplemento de insalubridade, penosidade e risco, os trabalhadores da Administração Local, dos Municípios e das Freguesias e de diversos setores, desde a Proteção Civil, à recolha de resíduos, aos Serviços de Água e Saneamento até à limpeza urbana, que desempenharam um papel essencial e são dos trabalhadores mais expostos ao risco de contágio, durante a pandemia da Covid-19. Tendo um maior nível de penosidade e risco nas funções que desempenham em qualquer circunstância, o papel dos trabalhadores das autarquias que asseguram os serviços essenciais, com forte exposição ao perigo, deve merecer, não só, um aplauso de todos, mas uma valorização efetiva. É tempo de regulamentar o suplemento de penosidade, insalubridade e risco, a aplicação do suplemento deve estar dependente da efetiva execução de tarefas ou do exercício de funções em condições de risco, penosidade e insalubridade ainda que se encontrem reunidas as condições de segurança legalmente definidas para o desempenho das mesmas. Assim a Assembleia Municipal de Peniche reunida a 25 de setembro de 2020 reclama a regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco na administração pública e na sua atribuição aos trabalhadores da Administração Central e Local que exercem funções em situações de penosidade, insalubridade e risco com caráter de urgência.»*

**Ademar Marques (PSD):**

Solicitou que a discussão sobre este assunto passasse para a próxima Assembleia Municipal por não ter sido entregue mais cedo para poder ser analisada com o cuidado que merece.

**Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Deu a conhecer que é contra a opinião do senhor Deputado Ademar Marques, pois esta moção sugere que as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia possam analisar a atribuição do subsídio especial aos trabalhadores, pois o mesmo é permitido por lei e os mesmos merecem ver o seu esforço reconhecido.

**Ângelo Marques (PS):**

Deu a conhecer que não está contra a moção feita pela senhora Deputada Mariana Rocha, reconhecendo a importância do trabalho efetuado pelos trabalhadores do município de Peniche bem como de todos os outros municípios. Reforçou a opinião do senhor Deputado Ademar Marques de que a moção e a recomendação devem transitar, para discussão, na próxima Assembleia Municipal, devido á importância de que as mesmas necessitam de serem analisadas com tempo e qualidade para que a votação sobre as mesmas seja a mais justa possível.

**António Moniz (GCEPP):**

Indicou que apesar de a moção e recomendação terem sido apresentadas com pouco tempo de antecedência, para que pudessem ser analisadas, as mesmas têm um objetivo muito claro sobre o qual a Assembleia Municipal deve tomar uma posição, não sendo necessário grandes ponderações. Disse que apesar de não conhecer em particular os dispositivos legais mencionados, compreende a mensagem transmitida e vota a favor da proposta.

**Ademar Marques (PSD):**

Reforçou a ideia de que não se sente confortável em votar sobre um assunto do

qual não teve tempo, na sua opinião, para o analisar e perceber de facto sobre o que estará a votar.

**Tiago Gonçalves (PS):**

Salientou que, nos últimos anos, houve um caminho de recuperação no que diz respeito às remunerações dos trabalhadores da Administração Pública, o qual louva e, também, que toda a consideração e reconhecimento lhes dá, aos funcionários, que durante toda a Pandemia e, em especial, durante todo o estado de emergência, terem asseguradas as suas funções que a comunidade e em nome do interesse público lhes confiou. Confessou que, por princípio e a título meramente pessoal, não é a favor dos suplementos remuneratórios, pois a existência destes suplementos distorce o que é a componente remuneratória da remuneração base. Disse que também não teve tempo para analisar o teor da moção.

Ressaltou a importância de que a entrega deste tipo de documentos deve ser coordenada de outra maneira, entre os líderes parlamentares, para que sejam assim criadas as condições necessárias para os partidos executarem os seus mandatos e votarem em consciência.

Disse que com base no princípio do estudo na Área da Administração Pública a sua posição de princípio é que deve ser privilegiada a remuneração base em detrimento de qualquer tipo de suplementos.

**Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Disse que:

Admitia concordar com as afirmações do senhor Deputado Tiago Gonçalves se o ordenado mínimo português fosse setecentos euros mensais. Referiu que na freguesia que preside todos os funcionários se mantiveram nos locais de trabalho, não fechando nenhum dos serviços, durante toda a pandemia, inclusive durante o estado de emergência, pois foram criadas as condições para que tal fosse possível. Salientou que apesar dos técnicos da Direção Geral de Saúde dizer que a desinfeção das ruas não tinha qualquer impacto, sob o ponto de vista da saúde pública, foi de uma importância extrema a nível psicológico para a população a desinfeção que foi feita às ruas durante o estado de emergência, pois dava-lhes ânimo e segurança numa altura em que todos estavam com receio e preocupadas. Afirmou que os funcionários que desempenham estes serviços devem ser apoiados. Disse que irá pedir parecer jurídico à Junta de Freguesia que preside e que se o mesmo for favorável, os funcionários, no fim do mês, recebem o que têm direito, porque trabalharam para isso e garantiram a nossa segurança, a limpeza das ruas e a limpeza de tantas outras coisas que é importante e que às vezes não damos a devida atenção, mas sem limpeza e sem higiene não há terra nenhuma que tenha qualidade de vida.

Talvez, por causa da manifestação que ocorreu, todos os líderes parlamentares estão com dificuldade em discutir as moções apresentadas por falta de tempo para as analisar. Recordou que alguns grupos desta Assembleia, um deles tinha um escritor de renome do nosso concelho, que trazia para discussão moções iguais ou de dimensões maiores das que foram apresentadas nesta Assembleia Municipal e mesmo assim eram apresentadas, discutidas e votadas.

**Ademar Marques (PSD):**

Afirmou que ao contrário do que acontecia, antigamente, com outros grupos da Assembleia, atualmente não estão presentes todas as pessoas para que o documento possa ser facultado a todos e o mesmo ser lido e analisado.

Disse, também, que o que está presente na moção apresentada não é uma recomendação às Juntas de Freguesia e à Câmara Municipal, a moção diz o seguinte: “reclama a regulamentação”, logo terá de ser o Governo, que é quem tem o poder de regulamentação.

Reforçou a ideia de que o documento com a moção deveria ser distribuído por todos os que não estão presentes na Assembleia Municipal para que possam ter oportunidade de a analisar com tempo. Referiu que o seu parecer é favorável, mas que este assunto é mais sério do que parece, sem colocar em causa todo o trabalho que foi feito pelos funcionários.

**Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):**

Perguntou à senhora Deputada Mariana Rocha se não se importava que a discussão da moção passasse para a próxima Assembleia Municipal.

**Mariana Rocha (CDU):**

Concordou que a análise da moção transitasse para a próxima Assembleia Municipal.

**Deliberação n.º 6/2020:** A Assembleia Municipal decidiu passar este assunto para a segunda reunião, da sessão ordinária de setembro, a realizar no dia 07 de outubro de 2020.

**APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:**

**Ademar Marques (PSD):**

Disse que:

Por muito que se tenha falado sobre o PDM, nos últimos meses, é inevitável voltar ao assunto e quer fazê-lo abordando duas vertentes muito claras, a questão da resposta que o senhor Presidente da Câmara entendeu dar a este assunto, nestas últimas semanas, e a questão de substância que tem estado em discussão. Quanto á resposta do senhor Presidente, nomeadamente, através do artigo que escreveu para a Voz do Mar, o que publicou nas redes sociais e, também, na entrevista que deu, hoje, à 102 FM. Repudia fortemente as insinuações sobre ilegalidades e corrupção, sobre este assunto, que quiseram fazer recair sobre o senhor Presidente ou sobre o seu antecessor, por uma questão simples, mas se alguém tem algumas suspeitas ou provas sobre alguma coisa só tem que ir ao Ministério Público denunciar e mostrar as provas, mas repudia, também, com a mesma força, as insinuações que o senhor Presidente fez hoje e insiste em tentar lançar sobre os outros na entrevista que deu à rádio. Diz que lhe parece evidente que as preocupações levantadas pelos subscritores da petição sobre o PDM são legítimas e que ainda bem que estão a ser levantadas agora para dar oportunidade á equipa técnica, á Câmara Municipal e á Assembleia Municipal, no momento em que cada uma tem a responsabilidade de responder as essas preocupações. Afirmou que a insistência da parte do senhor Presidente em falar de verdade, da sua verdade, e a correspondente insinuação de que os outros estão a mentir e de que não responsabilidade sobre estas matérias é uma

resposta absolutamente inaceitável e isso tem de ser dito com total clareza nesta Assembleia.

Faria uma breve referência há história de um personagem, que aconteceu, mais ou menos, há dois mil anos e que pôs a questão sobre o que é a verdade, e esse personagem de nome Pilatos acabou celebrenemente a tentar lavar as mãos para que ninguém dissesse que ele tinha alguma responsabilidade sobre o assunto ali em causa, a qual comparou com a atitude do senhor Presidente em que diz que o mesmo tentou fazer, tal como Pilatos e tentou “lavar as mãos”, e que tentou fazê-lo desde logo no artigo que escreveu para a Voz do Mar, empurrando a responsabilidade para a Assembleia Municipal, e mais grave que isso tentando eximir-se de quaisquer responsabilidades. Referiu que o artigo em questão é, em simultâneo, um ato da maior cobardia política, uma tentativa de enganar as pessoas que não conhecem o funcionamento da autarquia e um atestado de incompetência ao próprio senhor Presidente. Disse que quando confrontado com dificuldades no processo do PDM, aquilo que o senhor Presidente tem a dizer as pessoas da terra no primeiro artigo neste mandato que foi publicado na Voz do Mar é que não tem qualquer responsabilidade na elaboração do PDM, que nem vota e que são os membros da Assembleia Municipal invocando em especial os senhores Presidentes de Junta que vão votar o PDM.

Se dirigia ao senhor Presidente com franqueza onde diz que isto além de ser a parte que o senhor Presidente entende que lhe convém da verdade é de uma cobardia política atroz.

Confirma que o Partido Social Democrata nunca fugiu às suas responsabilidades e que o senhor Presidente e os seus Vereadores nunca apresentaram uma ideia neste processo, possivelmente, porque ainda não a têm, mas o Partido Social Democrata, nomeadamente, através dos seus Vereadores apresentou sugestões, propostas, reflexões e pedidos de esclarecimentos que tardam em chegar, coisas concretas para tentar perceber como é que o PDM vai ter influência na vida das pessoas de Ferrel, de Peniche, de Atougua da Baleia, da Serra d’El-Rei, dos agricultores, dos empresários e dos que querem investir, é isto que importa no PDM, importa que o mesmo seja positivo para o maior número de pessoas possível sem incumprir a lei e sem ferir os objetivos estratégicos que devemos ter definidos para o concelho e, portanto, o senhor Presidente apontou para a Assembleia Municipal e confirmo-lhe que a Assembleia estará sempre disponível para trabalhar e melhorar o que houver a melhorar, mas é preciso esclarecer as pessoas e lançar ideias falsa apenas espalha a confusão, o artigo tenta enganar as pessoas sobre as responsabilidades que o senhor Presidente tem, não pode dizer que não tem responsabilidades no processo, porque é mentira, quando o senhor Presidente é o primeiro e, atualmente, o único responsável pelo processo, como foi dito anteriormente na última Assembleia Municipal, porque é o senhor Presidente que dá indicações à equipa técnica, que define o método e que gere o processo e há mais de um ano que não reúne, sequer, com os senhores Vereadores para discutir o assunto, já para não falar na Comissão Local do Acompanhamento.

Em resultado do que disse antes, o que o senhor Presidente tem tentado fazer é negar a utilidade do cargo que ocupa e é passar um atestado de incompetência a si próprio o que não é um bom caminho. Disse que o senhor Presidente anda há três anos a dizer que tem muitas ideias e afinal a única ideia que teve foi dizer que a responsabilidade da votação final não é sua, o que não pode ser. Pode não ter ideias, pode confiar cegamente na equipa técnica, apesar de já se ter visto que isso não dá bom resultado, mas



ainda assim só isso já é uma enorme responsabilidade ou irresponsabilidade do senhor Presidente e faria melhor assumir que errou, que devia ter feito mais ou diferente do que fez, que devia ter dado ouvidos a quem o quis ajudar em vez de dizer que não sabe, que não viu ou que não tem nada a ver com o assunto, porque isso é claramente mentira. Afirmou também que é evidente que quem se candidata ao lugar ocupado pelo senhor Presidente tem de ser capaz de dar resposta a esses assuntos e a resposta não pode ser que não viu ou que não concorda e como tal também não pode dizer que o que dizem sobre si ser mentira, não a resposta tem de ser que poderá ter existido um erro da equipa técnica que pode prejudicar as pessoas e que quer agradecer por o terem alertado para que seja possível corrigir o que está mal e por isso é que o artigo da Voz do Mar deveria ter procurado dizer quais são as suas ideias para o Baleal, devia dizer o que vai ser alterado para garantir que os agricultores não são prejudicados em vez de se lançar em busca de uma suposta verdade e a sua insistência na verdade continua e ainda ontem ao convocar a reunião com os agricultores que é positiva e que se espera que resolva esses equívocos, o senhor Presidente volta a escrever que não corresponde á verdade, mas pode é não corresponder a uma verdade definitiva, o que não quer dizer que não corresponda á verdade o que esta naquela proposta que o senhor Presidente apresentou nas populações e é por isso que em vez de atacar esta iniciativa o senhor Presidente devia estar grato por lhe estar a ser dada a oportunidade de corrigir um erro em que vem insistindo nos últimos três anos. Disse que quando estava a ouvir a entrevista do senhor Presidente à rádio a certo momento pareceu-me ouvi-lo dizer que *"eu errei"* e pareceu-lhe que talvez o senhor Presidente o fosse surpreender, mas depois fui ouvir melhor e afinal o senhor Presidente disse *"eu herdei"*, só que herdou já há três anos e até hoje não conseguiu mexer em nada, aliás disse até que gostava de ter entrado numa Câmara com o PDM aprovado, mas sabia perfeitamente quando se candidatou que a sua principal missão era a de fechar o processo do PDM e a única coisa que o senhor Presidente tem para dizer, perante a urgência, que é evidente para todos, porque há um prazo, julho de dois mil e vinte, que passou para nove de janeiro de dois mil e vinte e um é que está confiante que existam mais adiamentos e que há muito tempo e que não percebe qual é a pressa, claro que é provável que exista adiamento e já existe um proposta a ser tramitada nesse sentido mas enquanto os outros andam a dar gás para tentar concluir o processo o senhor Presidente diz que não há pressa nenhuma. Pediu ao senhor Presidente que lhe permitisse voltar à tentativa de dizer que só ele é que é sério e que não tem terrenos e que os outros é que têm interesses. Disse também que o senhor Presidente fala dos interesses dos outros como se fossem interesses ilegítimos que querem por em causa o futuro do concelho e esse é o grande erro, ainda hoje em entrevista à rádio o ouvi dizer numa tentativa de ironia e menosprezando as pessoas que agora existia uma centena de especialistas no PDM, afirma que os interesses dos agricultores, dos proprietários, dos comerciantes, dos empresários e dos investidores são interesses legítimos e que a Câmara deve acautelar sempre que não colidam com o interesse público e com as orientações que definir e por isso cada pessoa é especialista de facto no seu interesse legítimo e tem o direito de se querer fazer ouvir, uma coisa diferente é o que se trata com os autarcas, eles até podem ter interesses pessoais legítimos mas têm a obrigação de saber deixar prevalecer o interesse público sobre o particular e o que o senhor Presidente não deve fazer porque cai no mesmo erro dos que o acusaram a si é de tentar lançar lama sobre o processo, sobre os eleitos locais e sobre os técnicos. Aqui, senhor Presidente, até prova em contrário somos todos igualmente sérios e queremos todos o melhor para a nossa

terra, eu não admito que se diga ou que se insinue o contrário sobre si ou sobre qualquer um dos outros. Disse também ao senhor Presidente para não se esquecer também que foi o Partido Social Democrata que defendeu que a transparência deve ser total neste assunto do PDM e nos demais, ainda estamos a espera que seja disponibilizado essa informação no "site" do município incluindo informação que existia no mandato passado e que desapareceu no seu, afirma não ter qualquer problema em que se saiba o que é seu porque não roubou nada a ninguém e não quer fazer nada que a lei não permita, afirma também que o mesmo será verdade para todos os outros presentes.

Por fim, abordou a questão da sustância do PDM, que tem estado a ser discutida, em primeiro a questão do Baleal e depois a da agricultura. Sobre a unidade de execução do Baleal, o Partido Social Democrata foi absolutamente coerente, foi contra a proposta e em concreto, contra o hotel em torre que o senhor professor Jorge Carvalho propôs no seu mandato passado, e isto está tudo nas atas, não vale a pena dizer que é mentira ou não sabe, porque se não sabe tinha a obrigação de saber, e o Partido Social Democrata pediu desde o primeiro momento deste mandato que fosse encontrada, rapidamente, uma nova solução, o Partido Social Democrata continua a ser contra esta solução que está agora proposta, que é, ainda, a mesma que foi rejeitada em dois mil e seis, e que prevê a construção de um hotel de três ou mais pisos.

Pedia, para que se acabe com o ruído e se tente encontrar uma solução, que rapidamente a equipa técnica apresente alternativas para o local, seja em formato de execução seja noutra formato, através dos nossos Vereadores já demos sugestões para serem discutidas na Câmara e com a equipa técnica, a bola está no seu lado e no lado da equipa técnica há três anos senhor Presidente. Sobre os agricultores e a agricultura, disse ser evidente que ninguém conscientemente poderá querer prejudicar os agricultores, mas a verdade é que a norma que está na proposta que foi apresentada as populações pelo senhor Presidente e pela equipa técnica, e a opção de apresentar foi sua e foi boa é castradora para a atividade agrícola desenvolvida no concelho, portanto tem que ser alterada, crê que isto é absolutamente consensual e só temos que perceber se no que já foi enviado para aprovação das entidades externas existe algo condiciona essa alteração, se não há é evidente que há consenso de que aquilo não pode continuar assim e portanto se há consenso não tem de haver ruído. Conclui dirigindo-se ao senhor Presidente para que com base no apelo que o mesmo fez hoje na rádio não pense tanto nele e nos seus objetivos particulares, assuma os erros em vez de se tentar justificar com o que herdou e procuro as boas vontades e os consensos que estão ao seu alcance, porque de facto é necessário que o PDM seja aprovado para que não perca a capacidade de edificação, não perdermos o acesso a fundos comunitários seja em janeiro ou em julho de dois mil e vinte e um, torna a afirmar que o Partido Social Democrata está presente para defender os interesses legítimos da população do município e o interesse de todos em que o PDM venha a fazer de Peniche uma terra melhor, com mais emprego e mais qualidade de vida.

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Começou por cumprimentar todos os presentes na Assembleia Municipal.

Voltou a afirmar que não consegue entender porque razão é que o Município de Peniche é dos únicos que não tem transmissão da Assembleia Municipal na página do Facebook do Município, tendo em conta que existem outros municípios, nomeadamente Leiria, Lourinhã e Ansião, a transmitir a Assembleia Municipal em direto. Salientou que, precisamente há um ano e nove meses, colocou a questão do Regulamento do Campismo

e do Caravanismo Ocasional e dos resíduos sólidos urbanos sobre a falta de fiscalização de coimas e questiona se já alguma coisa foi feita, precisamente na mesma altura colocou também a questão do "Waveroller" na praia das Azenhas, em Ferrel, dizendo que era importante perceber se daquele consórcio de dez milhões de euros se algo sobrava para o município e para a Junta de Freguesia, questionando assim se alguma coisa foi feita. Disse que há um ano e seis meses colocou uma questão e deu, também, uma sugestão ao senhor Presidente, sobre a questão dos depósitos de recolha de óleo alimentar. Perguntou mais uma vez se algo foi feito. Disse que desde o início do mandato que propõe que se discuta o alargamento da época balnear, pois como se pode constatar vem aí um fim-de-semana sem vigilância nas praias e mais uma vez gostava de saber qual o entendimento do senhor Presidente. Indicou que, também há um ano e três meses, colocou a questão da Lusitânia Gás que tem uma junta autónoma de gás num terreno cedido pelo município e não está a fornecer gás às pessoas no geral, existem muitas pessoas que não o têm, nomeadamente as IPSS que pagam muito pelas botijas de gás e que podiam pagar muitos menos se fosse canalizado, mais uma vez questionou se alguma coisa já foi feita. Disse que desde o orçamento de dois mil e dezanove se fala na aplicação do projeto de ordenamento da ilha do Baleal, continuou o caos este ano, gostava de saber quais as previsões para as medidas a serem tomadas. Desde janeiro de dois mil e dezoito que a Junta pediu para fazer a obra de requalificação e ordenamento do centro de Ferrel, o senhor Presidente oito meses mais tarde respondeu em reunião que não era a junta que ia fazer aquela obra, portanto gostava de saber quando é que a mesma vai ser feita. Salientou que desde o início do mandato que transmitiu que por ordem do anterior Vice-presidente da Câmara Municipal e atual Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei tinha ficado feita uma escada na carpintaria da Câmara para pôr na fonte do Baleal de acesso à praia, foi daquelas coisas que apresentamos ainda antes das grandes opções do plano em 2017, porque era daquelas coisas que não se percebia como é que não estava feito e como ainda não está feito gostaria de saber se a escada ainda existe, se ainda está na carpintaria e no mínimo senão está a estorvar, se a mandarem para Ferrel a Junta de Freguesia irá colocar a escada. Perguntou também se a obra de ampliação do cemitério de Ferrel vai iniciar em outubro como o senhor Presidente disse na última reunião feita sobre esta temática, pois os covais existentes não chegam ao próximo Verão.

Colocou mais uma questão em relação à curva da morte, em Ferrel como costuma ser chamada, situada na Avenida do Mar, tendo em conta que este ano houve menos acidentes porque houve menos saídas noturnas, o que vem provar que o que é necessário é criar medidas de contenção à velocidade, gostava de saber depois das propostas que a Junta de Freguesia fez desde o início do mandato se é assim tão difícil construir duas ou três lombas e colocar meia dúzia de coisas ali. Aproveitou também para saber, porque sabe que uma das escrituras já foi feita, quando é que se faz a intervenção para permitir o trânsito pedonal naquela zona. Questionou também que motivação teve o senhor Presidente da Câmara ao informar os serviços de que os asfaltamentos de que no dia vinte e quatro de agosto não iam para Ferrel, queria saber porque se fosse possível, porque mudou tudo uma vez que tinha ficado tudo preparado e foram lá fazer 500 metros de alcatrão.

Disse que como todos sabem é o primeiro subscritor da moção, sendo um dos mobilizadores desta marcha, não sendo o único, esclareceu que como em nada o que faz ou diz na Assembleia tem origem nele sozinho, disse também que tanto a marcha como a petição e as reuniões com a Junta de Freguesia da Atouguia e da Serra d'el Rei foram

propostas pelo povo a catorze de agosto de dois mil e vinte, esta foi uma forma de agir que o candidato da Árvore quando se candidatou à Junta de Ferrel disse que faria e que se devia fazer, em que primeiro ele iria sozinho à Câmara, depois levava a equipa e se não fosse suficiente levava o povo, e como tal o PS limitou-se a seguir o seu conselho. Tem-se dito que esta questão toda não faz sentido porque o regulamento ainda não está aprovado, questionou então se o Hospital já estava fechado quando se fez uma marcha a favor do Hospital. Afirmou que quando saiu o comunicado da reunião dos agricultores na Atouguia da Baleia, sabia que ele ia sair e estava a espera que ele saísse para perceber se ainda havia alguma hipótese de se reagir de outra forma e acabou de ler o comunicado e percebeu que não valia a pena esperar aquilo que nunca vão ter, mas salientou que esperava estar enganado, portanto nada mudou e nada vai mudar daquilo que vai acontecer daqui para a frente, porque é um direito que nos assiste, porque não tratamos mal ninguém e não desrespeitamos ninguém, temos direito a nossa opinião e é um direito tanto da população como da Junta de Freguesia ter uma opinião diferente de quem gere a Câmara é ate uma situação normal, saudável e é isso que normalmente se festeja com o cravo ao peito no dia vinte e cinco de abril, disse também saber que vai haver amanhã uma reunião com uma entidade da agricultura que se vai reunir com o senhor Presidente da Câmara, o que significa que teve algum resultado esta situação.

Indica que todas as questões que foram colocadas de forma escrita pelo senhor Presidente vão ser respondidas no devido lugar e da forma devida, disse que vai solicitar o contraditório sabendo à partida que a Junta não paga os jornais e, portanto, vamos ver.

Disse que a questão de fundo e que só agora é que se mexe, o boletim municipal saiu em agosto e não viu lá nada sobre o PDM, o tema que está aqui em questão de fundo é a gestão deste processo, as reações que foram tidas e a gestão do processo, como em tudo ultimamente e citou “concretizo que tem sido feito pelo senhor Presidente da Câmara tem uma gestão e ocorre sempre a gestão dos processos sempre do ponto de vista eleitoral”, portanto, enquanto foi a Junta de Ferrel a tratar do assunto e a colocar a petição era só Ferrel, depois a Serra também já não mexe muito, quando chegou à Junta da Atouguia, como se fosse isto criar aqui armas, apenas fizeram trabalho conjunto e foi esse o objetivo das reuniões com as juntas, mas quando o assunto chegou a Atouguia é que se acordou e é por isso que o senhor Presidente muitas vezes se encosta ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, é porque precisa da Atouguia da Baleia para ser eleito e portanto quando chega à Atouguia da Baleia há respeito e concorda, porque também ouve muito o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, e tem muito em consideração aquilo que lhe diz. Referiu que já sofreu muita pressão com esta questão, também já teve ameaças, e que se está a meter com pessoas grandes demais, mas afirma que não faltou ao respeito a ninguém e que nem vai faltar e pede que compreendam que a partir do momento em que tem o povo do seu lado não o vão calar, porque também não está a ofender ninguém.

Disse que esta petição não é contra Peniche, não é contra o Presidente da Câmara, não é contra o senhor Henrique Bertino nem é contra a cidade de Peniche é sim contra esta proposta de revisão do PDM, porque ainda bem que o regulamento não está aprovado, porque se estivesse aprovado já não estaríamos aqui a fazer nada, portanto isto tem que acontecer antes de se aprovar o regulamento, portanto, é só contra esta proposta e com isto disse que os cartazes que a Junta de Freguesia de Ferrel colocou na rua estão todos identificados e o Presidente andou lá com o Vice-presidente e com os funcionários da Junta a colocá-los com a luz do dia, aliás não houve nenhum cartaz que

fosse colocado à noite, os cartazes foram todos colocados durante o dia e que em caso de dúvida é só questionarem os donos dos terrenos onde os cartazes estão colocados que dizem quem é que os colocou. Afirmou que pela calada da noite só se lembra de ver a colar cartazes ou autocolantes foi um indivíduo de estatura alta e com gorro em dois mil e cinco nos cartazes da campanha do Partido Socialista, aí é que foi pela calada da noite. Portanto esta postura das mentiras e das inverdades, o senhor Presidente na campanha dizia sempre que era preciso ter coragem que era preciso assumir, se o senhor Presidente lhe disser que está a mentir em alguma coisa não fica ofendido de forma alguma, só terá que provar que o mesmo está a mentir e depois o mesmo se retratará imediatamente, porque poderá sem querer estar equivocado e como tal estar a mentir sem saber, porque obviamente nunca iria mentir de propósito, quando o senhor Presidente diz que esta proposta não é da Câmara nem é da equipa externa, quem é que contratou a equipa externa?, quem é que apresentou o caderno de encargos?, e disse à equipa externa aquilo que queria?, se contratou a equipa e é a mesma, concorda com o que a equipa fez até aqui, sobre o regulamento que repetiu que não está aprovado. A junta enviou propostas por escrito onde tem a questão da agricultura e todas as outras que são colocadas na petição, a dezoito de novembro de dois mil e dezanove, no dia doze discutiu-a com a equipa e com o Presidente e nada foi alterado até agora, a última missiva que fizemos foi em fevereiro de dois mil e vinte e a resposta que nós tivemos foi que acabou o diálogo, não foi isso que foi escrito mas foi terminado o diálogo, vamos dar conhecimento à equipa, quando nós fazíamos propostas concretas como por exemplo, quantos pisos tinha o hotel?, estava lá essa pergunta concreta e não foi respondida. Em relação aos espaços verdes, quando se diz que é a Junta que vai decidir os espaços verdes, relembra que no ponto 11 que fala de equidade no ofício 17/2020 enviado a dezassete de fevereiro de dois mil e vinte, a nossa proposta para abreviar falava em dividir o mal pelas aldeias na questão dos espaços verdes, não foi respondida, se fosse como nós propusemos, nos chegamos a propor espaços verdes na zona de unidade de execução onde está previsto o hotel, supostamente, e essa proposta não foi atendida, porque ali é que era uns espaços verdes, um espaço de lazer enquadrados no estacionamento que já não era um monte de lata, no entanto essa proposta não foi atendida nem respondida.

Na questão do atravessamento do trânsito, tanto no topo do Baleal em frente à unidade de execução, como nos espaços centrais, que são os espaços dentro das povoações, aquilo que nós propusemos na última proposta que enviamos foi e citou: *“se o serviço não ficar mais caro, por favor coloquem o traçado no sítio”*, se não colocaram o traçado algo está mal, porque senão podiam colocar o traçado e a questão estava resolvida. Afirmo que nunca foram informados de que o trânsito era para desviar dali, a resposta do senhor Arquiteto Gil, porque era sempre ele que respondia a essa questão, era uma vez que o facto de não estar assinalado não quer dizer que seja para ser retirado, e nós dissemos tudo bem, então se não for mais caro o serviço desenhem o traçado que não dá trabalho nenhum e ele não foi desenhado, avisamos que um traçado está a passar por cima de casas, de habitações onde moram pessoas e dos lavadouros antigos, também não foi alterado.

Afirmou que não é permitido privatizar praias, mas pode-se condicionar em muito a sua utilização e quanto a isso é muito simples é chegar a praia do Cortiço na freguesia da Amoreira e do Vau, à praia de Troia ou à praia da Comporta e vão ver, vão perguntar as pessoas de Caldas da Rainha e de Óbidos que frequentam a praia do Cortiço se gostam do que lá está, pouco estacionamento e quilómetros com uma cerca de cada

lado. O facto de haver os equívocos com os andares do hotel tem um só culpado que é o Presidente da Câmara, é ele que é responsável pela equipa, nós já perguntamos à Câmara, nós perguntamos à equipa quantos pisos tinha e ninguém teve a coragem de responder até hoje, e sobre este assunto a questão das desapropriações é um assunto que o Professor Jorge Carvalho defende e isso está escrito no colóquio da CCDR de dois mil e dezasseis e defende que depois de aprovadas as unidades de execução o valor das desapropriações devem estabilizar. Na reunião de fevereiro de dois mil e dezanove com a Junta e com a Assembleia da Junta de Freguesia a tesoureira perguntou ao Professor Jorge Carvalho e se as pessoas não estivessem de acordo com a desapropriação ao que ele respondeu que seriam desapropriadas na mesma e a tesoureira voltou a perguntar-lhe se ele sabia que em Ferrel já tinha existido um projeto para a construção de uma central nuclear e que não foi construída e o Presidente voltou-se para a tesoureira e perguntou-lhe se aquilo era uma ameaça, esta informação não se encontra escrita em lado nenhum porque não foi realizada uma ata dessa reunião, mas existem muitas testemunhas porque estavam presentes muitas pessoas. Na reunião pública de câmara, na altura o Presidente disse que se o Professor Jorge Carvalho dissesse que ia desapropriar alguém lhe diria à frente dele: “por favor, cale-se lá com isso porque conhecendo as pessoas de Ferrel como conheço”, portanto, o Presidente aqui equivocou-se porque agora disse que o mandava calar, mas em fevereiro perguntou à tesoureira se era uma ameaça que estava a fazer.

Poderei ser mais concreto e apresentar uma passagem onde o Presidente mentiu ou estava equivocado, na reunião de fevereiro de 2019 aqui na câmara com a equipa do PDM a meio do mandato, o senhor Presidente deu aquelas celebres três repostas sobre a unidade de execução, primeiro não há projeto, depois já tinha recebido investidores israelitas e espanhóis, e a terceira foi que “eu sei mais do que vos estou a dizer”. Na Segunda-feira na reunião de Câmara o senhor Presidente disse: “no início do mandato, recebi um grupo de proprietários a quem dei um conjunto de informações, mas não o conjunto das vinte e nove, porque a proposta do senhor Professor Jorge Carvalho inclui vinte e nove”, no início do mandato recebeu estas pessoas e há uma proposta do Professor Jorge Carvalho que inclui vinte e nove e a meio do mandato não há projeto e sei mais do que vos estou a dizer e isto são factos. Depois tem a questão da ligação Baleal Sol Village I e a rotunda de Porto Lobos e não irei entrar muito em concreto, porque para isso a petição já pediu à Assembleia Municipal que fizesse uma reunião extraordinária para discutirmos em concreto as questões do PDM e devia de estar a equipa do PDM para podermos discutir também com eles, estou só a dizer de uma forma superficial, a ligação do Sol Village e Porto Lobos, existe um ofício assinado pelo senhor João Augusto Barradas de mil novecentos e noventa e seis, que diz que com a conclusão da IP6 vai ficar concluído esse acesso, não ficou mas está aprovado e a equipa continuou a debater-se, que é preciso estudo de impacto ambiental e que nunca mais saia dali e não deu uma razão concreta. A agricultura já muito foi falada, mas a questão é que os agricultores leram o artigo 50.º e ficaram revoltados e com razão. Nós fizemos uma proposta por escrito em novembro de dois mil e dezanove e em fevereiro de dois mil e vinte, uma proposta escrita exaustiva, também colocamos essa questão em reunião, os agricultores disseram-lhe a si essa questão na segunda-feira e o senhor mandou o mensageiro da Árvore lá de Ferrel ir falar com meia dúzia de agricultores e ele escolheu os de primeira e de segunda e não convidou todos, não percebi bem porque. Na Assembleia Municipal de abril ou de junho do ano passado, não estou certo, ou se calhar nas duas avisei-o que este regulamento era uma desgraça e o Senhor não o quis ler, na última Assembleia

Municipal disse-lhe para ir ler essa carta porque lá estava isso explanado.

Disse que quando o senhor Presidente diz que nunca o convidaram para reuniões em Ferrel está a mentir, foi convidado aqui nesta sala no dia trinta e um de janeiro de dois mil e vinte, na reunião de autarcas pelo Jorge Graciano que faz parte da Assembleia de Freguesia, ele convidou-o a si e a equipa técnica para irem a Ferrel dizerem aos agricultores que a agricultura que eles fazem hoje em dia não se podia continuar a fazer, mas vocês não quiserem ir. Na Assembleia Municipal de junho de dois mil e vinte, eu disse-lhe aqui na Assembleia Municipal que devia considera ir a Ferrel, na última Assembleia Municipal convidei-o para ir a Ferrel fazer uma reunião e o senhor disse que não ia, na segunda-feira passada, na reunião de Câmara, novamente o António Jorge voltou a convidá-lo, disse que não podia negar que já tinha sido convidado porque ele próprio já o tinha convidado em janeiro e disse-lhe que ninguém lhe fazia mal e ninguém lhe faz mal, pelo que pode ir reunir a Ferrel que eu venho busca-lo a Peniche e venho cá pô-lo, não há problema nenhum e ninguém lhe faz mal nenhum, ninguém lhe quer mal, você não fez mal nenhum a ninguém, portanto nós estamos é só a discutir e isso é saudável. Portanto foi convidado pelo menos nestes quatro momentos e quando diz que nunca foi convidado o senhor Presidente está a mentir. Lamentavelmente ir buscar coisas como que é militante de um partido com responsabilidades governamentais, falar de grupos económicos e que era mais apropriado para partidos que defendem a saída da EU e depois diz que podem ter um hotel, aí é que é puxar a política partidária para este assunto, o que é que isto vem aqui dizer, eu sou de um partido mas antes de ser de um partido sou da terra e sou de um partido plural por isso é que nós quando introduzimos a questão da unidade de execução no dia catorze de agosto em frente ao povo, a primeira coisa que dissemos foi que não há fundamentalismos nenhuns contra hotéis, vá ler estas duas propostas que mandamos por escrito, estão lá exemplos de hotéis que podiam ser aplicados no Baleal, somos contra é tudo o que circunda o regulamento face à unidade de execução e as implicações que tem na área, nos proprietários, isso somos contra e contra manobras de eventuais especulações imobiliárias, nada disto está provado mas nós fizemos algumas contas, lemos algumas coisas e parece que há ali alguma coisa, porque há tanto medo de se dizer o que se tem para ali, portanto eu sou de um partido plural mas antes de ser de um partido sou da terra e estou a discutir isto é pela terra, o PDM é para o concelho de Peniche e de qualquer forma nós tratamos igual os ricos e os pobres, os grandes e os pequenos e somos plurais é isso que tem que aprender, somos solidários e somos plurais, depois dizer também que Ferrel é muito desordenado é verdade, existe zonas desordenadas, também se ouve aí na Câmara que é a favela de Ferrel mas isso está nas mãos do Presidente, é mandar lá os fiscais, é agarrar nas ordens de demolição e ter coragem para isso, tinha tanta coragem, nós já lhe mandamos um ofício pela terceira vez com coisas simplíssimas mas que desde dois mil e dezassete que comunicamos por escrito e aquilo continua lá por fazer, portanto é pôr-se na rua e fazer o seu trabalho.

Para terminar disse, já que a lei diz que a Câmara Municipal está obrigada à justa ponderação dos diferentes interesses no PDM envolvidos e fazendo declaração de interesses, também não tenho nada, queria subscrever o que foi dito pelo deputado Ademar Marques e muito bem sobre esta questão, e queria perguntar diretamente ao Presidente da Câmara, quando o senhor Presidente está a dizer que existem interesses e que não tem terrenos, a que interesses é que se está a referir?, a quem é que se está a referir?, ao que é que se está a referir?, responda, esta a referir-se ao que quando fala dos

interesses e dos terrenos e de quem tem interesses e de quem não tem interesses, responda a quem é que se está a referir, ao que se está a referir e a que interesses se está a referir se faz favor.

### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

#### JOÃO CAMPOS:

Começou por cumprimentar todos os presentes, e afirma estar presente mais uma vez pela sua preocupação com Peniche de Cima, a zona dunar que vai da Gamboa à Cova de Alfarroba, que precisa que seja feita uma requalificação para não perdermos toda a praia de Peniche e Cima e toda a duna na estrada, já alertou esta situação algumas vezes mas sem resultados e sinceramente queria pedir a vocês, o senhor Presidente de Junta, que deviam de olhar para aquilo de uma maneira séria e pensar assim, se perderem a duna na estrada vamos ficar sem praia tal como aconteceu na Gamboa, se se lembrarem disso à maré cheia deixamos de ter sitio para banhos, ou então vamos apanhar Sol em cima da estrada, não sei já perceberam isso, se quiserem perceber a realidade do que se está a passar amanhã passem pela praia de Peniche de Cima, ali na primeira escada e na segunda e vão ver a velocidade que a areia está a passar com o vento, o que está ali a ter é um impacto muito forte do vento e hoje são estão 20Nós as vezes estão 60Nós e projetam aquilo até à Prageira e ao Porto de Pesca, aquilo não é tão difícil de resolver quanto parece, onde há quarenta anos o Luís de Almeida conseguiu arranjar uma solução que dura ate aos dias de hoje e hoje não precisávamos de muita coisa, também não precisávamos de arranjar astronautas para fazer aquilo, só precisávamos de alguém que chegasse ali e olhasse de uma forma séria para aquilo e não fugisse muito ao modelo que foi utilizado, porque é assim, o senhor Presidente já me disse na ultima sessão de Câmara que o que se fez lá hoje em dia não se pode fazer, mas eu pergunto-lhe a ele qual é a solução eu você tem?, porque dizer que não se pode fazer nós percebemos, mas qual é a sua solução é que nós queremos ver, porque sinceramente ainda não vi nada, só vejo é entraves a dizer que precisamos de técnicos, precisamos que venha isto e venha aquilo, mas não vejo qualquer solução. Outro assunto, as escadas de acesso a essa praia são três e estão completamente podres, foram feitas no tempo do senhor Vereador Jorge Gonçalves e nunca mais foram intervencionadas, lamento esta situação que nos dois últimos anos do senhor Presidente António José Correia, já o senhor Jorge Amador tinha falado sobre o assunto, já tinha visto aquilo comigo e estava-me a dizer que realmente aquilo era uma urgência, que tinham que ser reparadas ou até levar umas escadas novas porque aquelas estão enterradas, eu não consigo compreender como é que cinco anos depois nada se fez. Se forem lá ver as escadas estão a um metro abaixo da linha da duna, onde elas eram sobre-elevadas, aquilo custam 5000€ cada escada, são 15 000€ as três escadas que tem a ver com a população de Peniche, não consigo perceber como é que não há 5000€ para reparar uma escada que nós utilizamos e como há 700 000€ para gastar nuns passadiços das Cova de Alfarroba ao Baleal, que só vão levar é lixo para uma zona dunar onde agora não há, que só vai levar mais gente para uma zona de praia perigosa onde já houve muitas mortes da Cova de Alfarroba até às primeiras torres do Baleal, portanto é assim esse progresso só serve para campanha eleitoral mais nada, porque no fundo se formos a ver o que se está a passar ali, onde a Câmara Municipal não quer recuperar nada, vai gastar um balúrdio num passadiço onde daqui a quatro ou cinco anos precisa de manutenção e não vai haver dinheiro para o mesmo, se calhar era melhor fazer



balneários em todas as praias com duche, ai sim estávamos a apostar em turismo de qualidade e se calhar com 20% ou 30% do dinheiro que vão gastar no tal passadiço, porque está a acontecer a nível nacional, que onde existem esses tais passadiços, aquilo cria focos de lixo, achava-se muita graça mas as pessoas agora estão a deixar de achar graça, porque estar a fazer só turismo de massas vai aumentar o fluxo e a destruição de toda a flora que há ali à volta e ali vai ser um problema, não tenho qualquer duvida do que estou a dizer. Em relação ao acesso ao meu bar, também temos a dizer o seguinte, nós temos um caminho de emergência, para que as ambulâncias possam lá ir porque existem muitos acidentes devido ao Surf, mas à primeira nortada como está agora o caminho já está fechado, é ridículo andar sempre a esmolar ao Presidente que preciso do caminho limpo para poder trabalhar. Enquanto não forem lá limpar o caminho querem que diga o que aos meus empregados? Querem que diga que enquanto o senhor Presidente não nos limpa o caminho nós não podemos trabalhar, portanto estão todos despedidos, vão fazer uma manifestação em frente à Câmara como a que vi hoje e achei imensa graça. Vi uma mobilização total e estão de parabéns porque mostraram a vossa força, agora é assim, eu acho que as coisas não têm de ser assim, não têm de chegar a este extremo, eu acho que o senhor Presidente deve olhar para as pessoas da sua terra que querem trabalhar e investir e deixar-nos trabalhar e para isso só precisamos do caminho limpo para que possamos passar, é só tirar com uma maquina areia que acumulou, como faz no Baleal e nos Super Tubos, porque se não limpar o estacionamento do Baleal, o mesmo vai ganhar dunas não tem duvidas nenhuma e só quer uma coisa é que o tratamento seja igual para todos os concessionários e que não exista discriminações.

Terminou dizendo que espera que se faça alguma coisa por aquelas dunas.

**Ademar Marques (PSD):**

Começou por agradecer a intervenção do senhor João Campos, disse que o mesmo tem vindo sempre levantar questões pertinentes e diz que a questão das dunas é de facto uma situação muito difícil de resolver mas que se tem de arranjar uma solução, porque a inclemência das marés e do vento tem vindo a aumentar o número de tempestades tropicais e de pseudo-furacões que nos vêm assolando nos últimos anos é evidente e crescente, portanto, ainda há pouco tempo fizemos aqui uma moção sobre as alterações climáticas em que dissemos exatamente isso, portanto, de facto isto tem que ser visto com as entidades e nós só podemos recomendar ao senhor Presidente da Câmara que se empenhe nesta questão e que a intervenção possa ser gizada com as entidades e feita com a brevidade necessária para impedir que as coisas piorem, relativamente às escadas de facto sou um apologista de passadiços se forem feito com a garantia de que as coisas são depois fiscalizadas por parte de quem fica com a responsabilidade de ter concessões nessas zonas e essas concessões devem ser responsabilizadas pela limpeza dos acessos à praia, dito isto, não estou a dizer a limpeza das praias mas a limpeza dos acessos que vão ser criados precisamente para evitar aquilo que o senhor João Campos estava a dizer e que, de facto, tem acontecido, portanto, o facto de ser fazerem passadiços e investimentos em passadiços não quer dizer que não se invista nos acessos às praias que já existem, obviamente têm que ser substituídos quando não estão em condições para garantir a segurança da pessoas à praia.

**Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Começou por dizer três coisas, esta questão do caminho de urgência deve ser garantida a sua limpeza, porque é uma prática, uma necessidade, não faz sentido nenhum mandar os trabalhadores embora porque o caminho não é limpo, isso seria uma irresponsabilidade no mínimo é isso que se pode dizer, portanto deve ser assegurado e urgentemente. Sobre a questão do passadiço e investimento de 700 000€ que foi aqui falado, costumo dizer que quem gere a Câmara toma as opções, portanto é para aquilo não é para outra coisa, por isso é que nós discutimos o plano e o orçamento há diferenças de opinião. Relativamente à questão do cordão dunar tem havido várias intervenções e o João, permita-me tratá-lo assim, colocou uma questão que é pertinente, todos sabemos que antigamente íamos brincar para as dunas e elas tinham ligação direta à estrada nacional 114, portanto ela drenava ali mesmo para o início da estrada e de vez em quando tinha que ir a malta da câmara limpar, nem se usava toalha para ir para a praia, a toalha era a própria areia, mas relativamente às dunas elas tinha este tipo de utilização abusiva desde logo dos utentes da praia, hoje não e na altura foi feita uma intervenção que já foi referida e sublinhada como importante, e parece-me que é necessário encontrar soluções para dois tipos de problema, aliás a semana passada tivemos um problema aqui grave na cidade e que vai acontecer mais vezes, com a subida dos mares, portanto não há duvida nenhuma que é preciso encontrar soluções para isto e aquela praia com a maré cheia com uma solução como aquela que aconteceu aqui há dias no concelho, mais concretamente na cidade, com a subida dos mares, nós vamos deixar de ter praia para as pessoas estarem na praia, portanto vamos ter que refletir sobre isto porque não temos areia para ir somando altura, mas é um problema concreto que vamos ter para as nossas praias, portanto com a subida dos mares e com a questão do degelo e etc., está aqui uma questão ambiental grave que urge pensar em soluções que não são fáceis, tecnicamente são difíceis e que financeiramente todos sabemos que vão ser brutas em termos de dimensão de valores, portanto julgo que se deve olhar para este problema como para o seu todo, acho que esta intervenção que foi feita aqui pelo senhor João Campos merece todo o apoio por parte do executivo no sentido de se encontrar soluções para cada um dos problemas, há aqui outros que são mais difíceis, todos percebemos mas há aqui coisas que não faz sentido alimentar este tipo de problemas de três em três meses.

**Henrique Estrelinha (PS):**

Começou por cumprimentar todos os presentes e agradeceu também a intervenção do senhor João Campos e confirma que como morador da zona em questão e utente da praia está a par desta situação, de facto é verdade que quando levanta uma nortada como a que está agora as varandas e os quintais daquela zona ali ficam cheias de areia, parece que temos uma duna em casa e portanto existe este problema do cordão dunar, existem com certeza soluções que poderão ser encontradas para resolver ou pelo menos atenuar os efeitos que são provocados pela questão da nortada, também é verdade que muitas vezes com marés um bocadinho mais vivas e em pleno Verão as pessoas muitas vezes não têm espaços na praia e são obrigadas, e ainda bem que temos essa opção, a ir para o lado Sul, para os Supertubos, Molhe Leste e Consolação, dizer também que esta situação das escadas de acesso à praia de facto confirmo que há esse problema, fazem as pequenas reparações quando a época balnear já está a decorrer o que também não parece ser a melhor altura para fazer essas reparações e depois há pessoas que não respeitam a utilização, na entrada e saída da praia não utilizam as escadas e decidem ir a rebolar e a descer pela lateral das escadas o que leva a que muita areia se acumule cá em

baixo e nas próprias escadas e por isso se calhar os passadiços ou uma escada sub-elevada seria a solução para o acesso à praia limitando o acesso das pessoas às laterais pelas dunas. Esperamos que a Câmara Municipal atue nesta área.

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Começou por agradecer ao senhor João Campos pela sua presença em Ferrel e as palavras que o mesmo lhe dirigiu. Disse também que conheceu o senhor João Campos na Assembleia Municipal a falar deste assunto e já o conhece há muito, o que quer dizer que já aqui vem há muito tempo com este assunto e, a título informativo, informou que a Câmara já há muito tempo que não vai ao Baleal tirar areia do estacionamento, agora é a Junta de Freguesia, neste mandato praticamente.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Começou por cumprimentar todos os presentes na Assembleia Municipal, saudou também os agricultores do concelho e suas famílias e o esforço que eles têm feito pelo desenvolvimento económico-social deste concelho, a evolução que quase sozinhos têm conseguido fazer, mas que infelizmente não tem havido nem da minha parte nem dos agricultores a proximidade que era preciso. Provavelmente se tivesse mais tempo, mas os dias não têm mais tempo, a coisa poderia ser melhor, poderia ser diferente. Informou que já ia responder às muitas questões que foram colocadas nos outros pontos, mas não queria deixar de o fazer e não é qualquer hipocrisia, nem aproveitamento político nem é sequer a pensar nas eleições.

Foi alertado pelo Presidente da Assembleia Municipal, de que deveria responder ao assunto exposto pelo senhor João Campos.

Referiu que o senhor João está relativamente mais bem informado do que quando esteve cá na segunda-feira, isto é, como o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei sabe, é um problema antigo que não é fácil, também conheço o senhor João Campos há muitos anos, também já me habituei a ouvi-lo, às vezes não é fácil, às vezes concorda-se e muitas vezes discorda-se, como quem me ouve, é a mesma coisa. Portanto, qual é a solução para as dunas, é uma questão que se coloca muitas vezes, é técnica, essencialmente é técnica e aquilo que referiu em relação ao senhor Luís de Almeida quando era Presidente, é verdade, aquilo que ele fez na altura que resultou, hoje era impossível alguém aceitar aquilo que se fez, mas resultou, mas também é verdade, já agora diga-se, mesmo na outra fase das dunas para a avenida Monsenhor Bastos, não tem havido problemas de maior, são problemas menores, o problema maior tem a ver com o acesso aquela concessão, aquele apoio de praia onde o senhor João Campos está. Ele também sabe que sempre que eu posso tenho feito um esforço para resolver e atender dentro daquilo que nos é possível, às vezes não é possível, às vezes há máquinas avariadas, às vezes há outros serviços que não se pode deixar na mão, portanto que seja claro, quando a APA vier a Peniche tem que ir ver aquela situação que foi sugerido em reunião de Câmara e estou de acordo. Vai ver aquela situação, como vai ver a situação nomeadamente da zona da Gamboa que também queremos intervencionar, já agora dou também a informação, de vez em quando, sim porque as coisas vão correndo, nem sequer disse isto ainda em reunião de Câmara, mas como tivemos uma reunião sobre estes assuntos e outros ontem, diria que brevemente alguns concessionários vão começar a ser chamados, que tem a ver com o que está regulamentado, tem a ver com as concessões de

praia e com as propostas e com o contributo que nós queremos dar para melhorar substancialmente, esse é um objetivo penso que é de todos, a qualidade dos apoios de praia, alguns vão beneficiar muito, vão ter mais área do que hoje podem ter, mas é o imperativo da lei e nós queremos fazer esse trabalho, portanto proximamente alguns deles vão começar a ser contactados. Em relação às escadas, diria que tem inteiramente razão, eu já antes de entrar andava a falar nas escadas, este ano passado chegamos à conclusão que não valia a pena estar a fazer grandes reparações e pretendemos substituir as três escadas durante o próximo ano. Obviamente que durante o ano que vem vão dizer que tudo o que se faz é campanha eleitoral, mas os *timings* são assim, o pessoal que está nos nossos serviços do essencial e nomeadamente na carpintaria tem muito esse esforço, compreendo, não sei se serão 5000€ mas compreendo. Em relação aos passadiços são opções, gosto muito dos passadiços, tenho pena de não termos mais passadiços, mas o que nós estamos a falar de 700 000€, não são só os passadiços, e os 700 000€ não são pagos pela Câmara, 85% se não estou a errar, são comparticipados, a Câmara paga 15%, mas é muito mais que os 3 passadiços os 700 000€, envolve inclusive a demolição da antiga sede do campo de tiro e algumas instalações. O que acontece é que é uma opção, como também não é da nossa responsabilidade o não investir em balneários, a APA exigiu que isso fosse da responsabilidade dos apoios de praia, isso dura há imenso tempo. Já disse ao senhor João Campos esta semana é que se há coisa que gostaria que não acontecesse é que um conjunto de serviços de Câmara que têm que ser prestados nem sequer tinha que chegar ao meu conhecimento, os serviços têm que funcionar de uma forma que não tem que chegar ao Presidente, eu não quero fazer favores a ninguém, não quero dar esmolas a ninguém, quero e isso é uma exigência que tenho procurado seguir quando se diz que o PDM é uma prioridade, há um conjunto de prioridades e a questão dos serviços é uma das prioridades, a questão da organização dos serviços e faz toda a diferença.

**Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Pedi desculpa por voltar a falar no tema mas queria que ficasse claro a propósito das escadas, gostava de chamar a atenção que aquilo que o João disse relativamente à intervenção das escadas não é bem assim, aliás a Câmara Municipal por razões das intempéries que tivemos, teve necessidade de intervir em três ou quatro escadas junto às praias, nomeadamente o Baleal Sul e de uma daquelas escadas, são escadas novas, aliás houve apoios na época do governo e tudo para essas intervenções, portanto as escadarias, vamos por as coisas com os seus nomes, uma parte foi feita pelo ex-Presidente da Câmara Jorge a outra parte foi feita pelo ex-Presidente da Câmara Tó-Zé na qual eu estava também inserido.

**Augusto Marques:**

Começou por agradecer a oportunidade dada e afirma que está pasmado com o trabalho feito pelo Presidente e restante equipa, daí vai fazer uma declaração e diz ir tentar ser o mais curto possível.

Cumprimentou todos os participantes nesta Assembleia Municipal e diz que se vai socorrer da carta registada que enviou a senhor Presidente da Câmara e só no segundo ponto para que todos os que estão a ver e ouvir possam ter pelo menos o máximo de informação disponível para perceberem obviamente o fundamento da sua presença.

No segundo ponto da carta enviada ao senhor Presidente nomeadamente e de uma forma resumida a nossa pretensão, isto é, a minha e de toda a minha família

obviamente, a nossa pretensão deve-se a um conjunto de inconformidades que estão na construção de dois anexos da moradia que é adjacente à nossa, um já construído e aprovado e outro num avançado estado de execução precisamente na zona adjacente com a nossa habitação que nos estão a provocar danos e prejuízos de extrema gravidade, nomeadamente que nos ameaçam a nossa segurança, liberdade, o nosso espaço visível e bem-estar que dispúnhamos anteriormente à existência desta mesma moradia. Dito isto e pouco mais teria que dizer e que depois à frente também irei complementar a minha declaração é resumida, então como primeiro ponto da minha declaração dizemos o seguinte: “no seguimento da carta endereçada a vossa excelência a vinte e nove de agosto de dois mil e vinte, relativo ao processo de licenciamento da moradia da senhora Selma Rico, que é a proprietária, onde lhe solicitámos no âmbito das suas competências ao abrigo da Lei n.º 169/99 e demais legislação que é aplicável respetivamente o seguinte: 1.º- uma rigorosa avaliação técnica e processual ao alvará de construção; 2.º- este ponto deve-se obviamente à presença que efetuei na passada reunião do dia vinte e um onde fiz uma intervenção sobre este assunto e onde no decorrer dessa mesma intervenção surgiram alguns factos que me levam a solicitar a vossa excelência e perante todos os membros que estão nessa Assembleia a efetuar alguma correção, então dizemos nós que desejamos corrigir os termos deste ponto para o seguinte: 1.º ponto: uma rigorosa investigação técnica e processual ao alvará de construção desejavelmente isenta e arbitrária, 2.º ponto: o embargo imediato da obra em curso caso seja aceite e efetuada a investigação como esperamos, 3.º ponto: porque esta alteração?, porque recebemos por parte do senhor Presidente da Câmara um ofício assinado que está em meu poder, por delegação sua, pela excelentíssima senhora chefe de divisão de planeamento e gestão urbanística, senhora Arquiteta Paula Lavado, que nos deixou verdadeiramente incrédulos, repito incrédulos, pela análise técnica e a informação pericial efetuada pela Divisão de Administração e Finanças; 4.º ponto: deste facto iremos, obviamente, exercer o nosso direito contraditório no local próprio, que será uma Assembleia Pública, numa próxima ou quando tivermos oportunidade para isso, porque está em causa a total e absoluta responsabilidade política do senhor Presidente da Câmara, ao concordar com o parecer técnico que lhe foi apresentado e despachado e assinado por ele em dezassete de setembro de dois mil e vinte, finalmente o 5.º ponto: tal como referimos a vossa Excelência ficaremos profundamente dececionados se não forem reconhecidas e aceites as nossas pretensões, perdoem-nos a ousadia porque é que subscrevemos esta frase, pelo organismo que vossa excelência preside e com a maior brevidade possível conduzam à reposição integral e legal da legalidade urbanística anterior, mas que também dos nossos legítimos e inquestionáveis direitos de liberdade, segurança e bem-estar na nossa habitação, porque são estes os direitos de há cinco anos a esta parte estão verdadeiramente em causa para nós. As sistemáticas ameaças devido à irresponsabilidade da proprietária desta moradia, o claro falhanço desde o início da sua construção dos serviços técnicos e fiscalização em que nós seriamente confiámos, porque continuam permissivos a errar, como acabamos de constatar, não responder neste ofício que nos endereçaram, muito menos na sessão passada da Câmara do dia vinte e um, à questão fulcral que lhes apresentamos, exceção à obra ilegal e clandestina denunciada, aliás que foi confirmada, confirmação esta obtida pela proprietária da referida moradia, mas com impressões completamente imprecisas, omissas, absolutamente incríveis como iremos demonstrar na tal dita oportunidade e lugar próprio que vossas excelências obviamente já compreenderam qual é, iremos demonstrar e essa veracidade mesma nada

consubstanciada com informação, essa sim, consistente, rigorosa e acompanhada de um registo fotográfico que antecipadamente lhes foi entregue a estes serviços em mão no recolhimento próprio, em dezasseis de julho de dois mil e vinte, como também foi feito a vossa excelência, senhor Presidente, Vice-Presidente, todos os senhores Vereadores e a excelentíssima Vereadora, isto em vinte e nove de agosto de dois mil e vinte. Também não suspenderam nem propuseram o imediato embargo da obra, como seria expetável, limitaram-se somente a notificar o autor deste ilícito, mas supostamente ainda para lhe dar oportunidade de poder legalizar e informar de um eventual processo de auto ordenação como está no despacho, tudo isto que vos acabo de dizer é legitimado com a concordância e o aval político do senhor Presidente da Câmara.

Como última nota, aproveita para informar vossa excelência que lhe vai enviar por correio registado o original desta declaração por ele assinada assim como, de uma queixa-crime que já foi apresentada na Polícia de Segurança Pública contra a senhora Selma Rico, no dia vinte e um de setembro, sobre os danos que nos foram causados e que são bem visíveis no tal registo fotográfico que entreguei a todos os citados. Visto que o senhor Presidente da Câmara na sessão do dia vinte e um, objetivamente, eu fiz-lhe esta pergunta e não me deu qualquer resposta e como não deu resposta, subentendo eu que teve algum lapso, e como ele é pessoa de preciosismo e de por as coisas como devem ser, claras e objetivas, eu não tive e como é uma das coisas que mais nos estão a lesar, volto a dizer que nesse registo fotográfico que foi entregue a todos os senhores, está lá bem patente alguns dos prejuízos que tivemos e não só isso, mas não me querendo alongar porque, espero exercer o direito ao contraditório a este ofício que acabamos de remeter, aqui é tão-somente apelar a vossas excelências para que, não há outro termo, porque vossa excelência nas suas funções e penso que todos os demais representantes dos vários partidos políticos, penso que acompanhar e fiscalizar os atos de gestão da Câmara é obviamente um direito que vos assiste, e o facto de termos recorrido diretamente a vossas excelências, é porque efetivamente, como já compreenderam facilmente perdemos a confiança porque isto enquanto para o senhor

Presidente da Câmara e todos os demais técnicos que estão no departamento de urbanismo sob a sua direção, para eles obviamente penso que conhecem isto, a partir do momento em que nos dirigimos a eles na data que vos referi, para nós é há cinco anos, aliás há mais de cinco anos, e como muito bem nós focamos, nunca nos passou pela cabeça que isto ia chegar o ponto que chegou e os serviços técnicos, de avaliação técnica que em primeiro lugar já legalizaram um dos anexos que lá está, e legalizaram-no porquê, já agora acresce-me como informação para todos vós, porque nós tivemos conhecimento dos próprios donos, este segundo anexo que nos causou tanta perplexidade mas dado um relacionamento próximo que tínhamos com as pessoas e que sempre procuramos manter, eu em particular procurei, em relação ao primeiro, a minha esperança era tanto quanto ia acompanhando, estavam muito revoltados porque nunca mais tinham a licença de habitabilidade, os senhores da Câmara eram isto e aquilo, enfim iam tendo esses desabafos, e nós depreendemos que algo de errado se ia passando e que mais tarde ou mais cedo vinha a legalidade, neste vai e vem meus senhores, demorou cinco anos, e portanto perdemos a fé, aliás neste ofício irei demonstrar seriamente a confiança que eventualmente que estes serviços, quer os técnicos quer os de fiscalização demonstram na sua eficácia e na sua operacionalidade, portanto como perdemos a fé, restou-nos recorrer a vossa excelência e a todos os aqui presentes para que com transparência e tranquilidade, aquilo que já lá está feito e legalizado nos causam os danos que nos

causam, são tão-somente estes, no primeiro anexo estão lá três chaminés que produzem fumo, que sempre que são ativadas nós temos que fechar as janelas, temos que recolher a roupa, porque o cheiro é intragável e nós temos que tomar essas providências, para além de, os perigos que passaram a existir, a partir do momento que esta senhora inicia uma segunda construção para o segundo anexo, onde traços gerais pelas medidas que fazemos do nosso lado, só de comprimento tem vinte metros e de largura tem para ai dois ou três metros , portanto qualquer pessoa com noções básicas sabe que isto terá sessenta ou mais metros de área, e que fez fusão com o primeiro que já tinha sido construído e assente no quê, assente numa muralha, que é isto que temos à nossa frente, que tem no seu ponto de encontro quatro metro e quinze centímetros para sermos mais precisos, ao longo de todo o vão são quatro metros, quer dizer quando nós contruímos a nossa moradia que tem dois metros e vinte centímetros de altura, que tem um semicírculo no meio, que o senhor Arquiteto Miguel Parente, na altura foi o responsável pela obra, nos garantiu que aquele semicírculo seria na eventualidade de o nosso próximo vizinho poder subir o seu muro, pelo menos até aquela altura nunca mais que isso, hoje temos lá uma muralha de quatro metros assente ainda por cima duas chaminés confinados com o nosso lado, para além disso uma estrutura de metálica com painéis solares e sobre isto não me vou alongar mais e não vou abusar da vossa generosa paciência, porque complementado a isto, no anexo que estão a construir, imagine-se, para estes senhores no fundo a cobertura é uma simples chapa lacada que cobre o seu teto, esta chapa lacada junto de duas chaminés que estão ali a um palmo e meio mais ou menos, mas o mais grave não é só isto, é que do lado do nosso quintal numa zona de lazer legalmente construída e legalmente aprovada, nós dispomos lá de uma chaminé de média dimensão, com uma abertura completamente ampla, que ao produzirmos ali lume e uma simples fagulha projetada com os ventos que se fazem sentir neste lado é muito fácil que ao ser projetada vá atingir esta simples e lacada chaminé que lá está, que volto a dizer, temos a esperança que como é ilegal, não foi participada e os serviços pelo menos de investigação, inspeção e os serviços da Câmara já tem conhecimento, pelo menos estamos esperançados que a coisa vá ao fim, mas é como vos digo, a obra não foi de imediato proposto o seu embargo, que é da competência como é obvio do senhor Presidente, mas pelo menos tanto como me foi dito na reunião passada que o proprietário iria ser notificado, obviamente que também terá direito ao seu tempo de resposta. Portanto, isto resumindo, penso e estou completamente disponível se tiverem alguma dúvida, porque o que está em causa verdadeiramente para nós não vos sensibilizar de nenhuma anormalidade como foi referida na intervenção do senhor João Campos que também é preocupante, mas as nossas preocupações e que penso que deixei isso bem claro, mas se tiverem alguma duvida eu mantenho-me no ar e se vossa excelência assim o permitir, os nossos problemas são legítimos e nunca pensei ao fim de estes anos todos, ao fim de uma experiencia de vida que a minha própria idade me tem vindo a premiar poder estar hoje e ate vos posso garantir aqui que o maior prazer que tenho foi estar a ser espetador do magnifico trabalho que vossas excelências estão a efetuar e a fazer, era bom que mais gente se calhar o pudessem fazer para vos avaliar de forma mais correta daquela que vos fazem, mas é tão-somente denunciar-vos estas três questões, a nossa liberdade, a nossa segurança e o nosso bem-estar que eu penso que são valores que todos, mas todos sem exceção nesse lugar, no executivo que lidera na nossa Câmara a começar pelo senhor Presidente e como disse um dos senhores Vereadores na sua intervenção e que eu registei com muito agrado, primeiro pela forma como o disse e depois porque o silencio dos seus

colegas não pode ser senão a cumplicidade e a partilha do que ele afirmou, isto são valores que são inquestionáveis, liberdade, segurança e o nosso bem-estar, daquilo que é nosso, aquilo que levou muita mas muita dificuldade a levarmos adiante, hoje estamos confrontados a uma muralha com quatro metros de altura, à construção que foi aprovada, por esta Câmara, de um anexo que já lá está, nestas condições, enfim eu não me posso pronunciar sobre o que está lá dentro, apenas me pronuncio por aquilo que é visível e que está cá fora e o outro que está em construção, para mim está em construção, porque no registro fotográfico que vos entreguei basta olhar para ele e confirmam o que estou a dizer, são estas as razões, são estes os motivos que me levaram praticamente até esta hora avançada, mas que me deu o privilégio e volto a citar, de os ouvir, portanto termino assim a minha intervenção, agradecendo e desejando uma boa noite a todos os presentes.

**Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Começou por saudar o senhor Augusto pela forma como colocou as questões, foi um bocadinho demorado, o senhor Presidente da Assembleia foi simpático, mas foi importante para explicar as coisas como deve de ser e por isso valorizar também a sua intervenção, mas este tipo de assuntos, obviamente são assuntos de executivo, os membros da Assembleia teriam todo o gosto em exercer como deve ser a sua atividade de fiscalização se tivessem tempo e condições para o exercício dessas mesmas funções, a lei diz que nós temos esta intervenção fiscalizadora mas depois, toda a gente sabe que não é assim, nós vimos aqui à Assembleia que começa às vinte e uma horas e cada um de nós depois tem o seu cargo, como é o meu caso e de outros colegas que somos Presidentes de Junta, mas depois há outros colegas da Assembleia Municipal que saem da sua profissão e vêm para aqui diretamente das suas profissões, portanto não temos de facto essas condições para o exercício de fiscalização destes processos. Houve duas coisas que registei, uma foi relativamente à queixa-crime que disse que vai apresentar e é um direito, portanto nada a opor, a outra questão é, eu pedia ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, para nos facilitar a nossa vida aqui na Assembleia Municipal, que fosse feito um relatório sobre este processo e que ele viesse à Assembleia Municipal, julgo que é aquilo que é mais elementar pedir neste caso pedir ao Presidente da Câmara através da mesa da Assembleia Municipal.

**Sofia Barradas (PSD):**

Começou por cumprimentar todos os presentes e agradeceu a intervenção do senhor Augusto. Disse que são legítimas as suas preocupações e que partilha dessa legitimidade. Disse também que, como já foi referido, não cabe à Assembleia Municipal a resolução desta questão (o próprio município mencionou isso e bem), portanto, é uma competência do senhor Presidente, mas face ao que nos disse hoje, e tendo falado nesta situação como sendo uma situação de responsabilidade política eu queria-lhe salientar aqui uma opinião e que de resto é a opinião base da bancada do PSD, que é a seguinte: não há responsabilidade política que possa ultrapassar aquilo que é legalmente devido. Outra questão que queria também aproveitar para referir, face ao caso que nos foi apresentado hoje, é que lamento que este tipo de questões tenha que vir à Assembleia Municipal. Este tipo de questões devia ser resolvido logo na parte executiva, portanto, na Câmara Municipal. Este tipo de questões deveria também ser abordadas e resolvidas de forma célere pelos serviços, até mesmo como forma de desincentivar aqueles que pensam (e se calhar são muitos) que é melhor prevaricar e avançar com a obra e depois logo se



vê. Não estou com isto a emitir qualquer juízo de valor sobre o caso apresentado pelo senhor Augusto Marques, porque não tenho toda a informação, não tenho conhecimento, nem sequer sou técnica nessa área, nem estou aqui nessa posição, mas fazia esta recomendação à Câmara Municipal e esta sim é uma recomendação que se enquadra naquele que é o papel da Assembleia Municipal e que acho que é importante, porque este caso é um caso de natureza idêntica a outros tantos que estamos cientes existirem no nosso concelho. Aliás, julgo que o próprio Presidente da Junta de Ferrel também abordou algumas situações deste tipo, não exatamente iguais, mas deste tipo, que carecem deste tipo de atuação e, principalmente, dentro destas, as que resultam de reclamações, têm que ser atendidas. Porque (nessas situações) as obras já lá estão, estão a avançar e o tempo não pára. Portanto, aproveito para deixar esta recomendação, para lamentar que o município tenha que chegar a este ponto. Embora eu agradeça sempre quando os municípios têm a iniciativa de se dirigir à Assembleia Municipal, julgo que a natureza dos assuntos deve ser outra. Estes assuntos deviam ser resolvidos pelo Executivo, temos que separar as águas, e, portanto, lamento que tenha sido necessário o município se dirigir a este órgão.

**Henrique Estrelinha (PS):**

Pede que seja feita uma informação à Assembleia Municipal com todo o processo para que tenham acesso a toda a informação sobre o sucedido.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Confirma que já ouviu esta informação na Câmara, aliás não quer desculpar os serviços, mas quando foi referido a primeira vez foi dito que era três meses e afinal tem dois meses, isto não é para desresponsabilizar, também esquecer que estamos a falar numa fase de transição de chefias de divisão, a chefia de divisão entrou a um de junho, depois é assim, questões técnicas são técnicas, a competência do Presidente é assinar os embargues que lhe são propostos e até hoje nunca recusei assinar nenhum, portanto os serviços trazem-me e assino, leio o processo sempre, tento inteirar-me da situação, mas depois há procedimentos, alguns deles que têm que ser feitos e que são morosos, senão fossem morosos, ainda esta semana enquanto estava a despachar processos, não estava a assinar processos de dois mil e catorze e dois mil e dezasseis por exemplo, portanto há coisas que são muito complicadas, nós queremos aligeirar, nestes casos peço imediatamente à fiscalização para ir averiguar.

Este processo parecendo que está a ser muito moroso e parecendo que já se devia ter feito um embargo, informou que ia arriscar a falar sem ver o processo, este processo já no nosso mandato teve alterações, por acaso quando estava a olhar e com a técnica na altura, coloquei-lhe algumas questões, depois pedi para confirmarem se estava dentro da legalidade, porque estranhei, e veio a informação que estava, neste momento acho que o procedimento independentemente de demorar algum tempo, o procedimento não o ponho em causa, da chefe de divisão, que é perceber se o que está a ser feito é passível de aprovação ou não, isso tem a ver com um conjunto de fatores, nomeadamente das áreas que estão previstas para cada uma das habitações e nós sabemos que as vezes há coisas que nem as pessoas imaginam, acho que há ali, pelo que vi, que há ali um exagero, indicia que foram ultrapassadas aquilo que pode ser aprovado inclusive por aquilo que o senhor Augusto refere até os materiais deixam dúvidas, agora esta semana foi chamada cá a proprietária do imóvel, estou à espera do relatório, porque isto é uma correria o dia todo,

as pessoas entendem que isto é tudo muito fácil, tanto nesta área como noutras áreas há processos que levam tempo demais por várias razões, só quem está cá dentro é que saberá, eu seria com já referi, o primeiro interessados em que as coisas chegassem, e algumas já se estão a conseguir, há algumas informações desta divisão que demoravam algum tempo, que era um bocadinho incompreensível, como por exemplo os pedidos de informação prévia e outros e que estão a ser mais ligeiros, portanto estou completamente de acordo com a sugestão que foi feita e compete a este órgão a fiscalização, é fazer um relatório e é assim se há ali alguma ilegalidade, que eu a mim, não me quero precipitar parece-me que há construção excessiva, inclusive posso considerar que alguns elementos não deveriam estar ali, mas são os técnicos que têm que avaliar e em função daquilo que está aprovado e que o regulamento prevê, se não é passível de aprovação tem que ser demolido, não há outro caminho, tem que ser demolido, e o embargo será assinado assim que chegar a minha secretária, não tenham dúvidas disso, já aconteceu a vários, se calhar não aconteceu a tantos como deveriam de ser mas lá chegaremos, até inclusive nesta área há algumas coisas em termos de serviços que tem de ser mudadas, eu tenho consciência disso, mas isto é um mundo de mudanças que tem de ser feitas que não são fáceis, até porque são seres humanos que têm um conjunto de procedimentos e eu penso, e estou satisfeito nesse sentido, que a chefia está a fazer aquilo que lhe compete e está a procurar organizar os serviços nesse sentido, agora quando faz a consideração e manda um ofício que está mandatado naturalmente por mim para o fazer, que tem delegação de competências, pelos menos para assinar ofícios, procura perceber em que estado está o processo, e é isso que está a decorrer, por isso espero que em breve se consiga por termo a este processo.

**RUI VILELA DIONÍSIO:**

Começou por cumprimentar o senhor Presidente, senhores Deputados e Presidentes de Junta Freguesia. O motivo que me traz a esta Assembleia Municipal é o mesmo que já me trouxe a vinte de novembro de dois mil e dezanove, mas desta vez com dois sentimentos que se juntam num caso só, se calhar nessa reunião do dia vinte e dois tinha só um sentimento agora tenho dois, tenho um de frustração que cresceu que já tinha na reunião passada, mas agora é de uma frustração ampliada e um de preocupação, e este é que é o novo sentimento, isto tudo junta-se onde, junta-se num projeto que tenho de investimento imobiliário no Baleal ao qual corresponde o pedido de informação prévia (PIP), no início da sessão perguntei se me era permitido partilhar documentos, tecnicamente sei que é possível pois trabalho a vários meses com o Zoom, por tanto há aí alguém que me pode dar permissão partilhar documentos, se for regulamentar e se o senhor Presidente autorizar, senão falarei apenas, mas gostaria de apresentar rapidamente aqui três ou quatro documentos, é possível? Foi-lhe informado que é possível, mas seria melhor ficar para outra reunião visto que a Assembleia irá analisar outros processos em outra reunião.

Portanto este projeto imobiliário situa-se na Cruz das Almas, que corresponde a um cruzamento que como qualquer cruzamento em qualquer parte do mundo tem quatro esquinas, três esquinas estão edificadas e o terreno que possuo na quarta esquina não está edificado e tem sido desde há três anos e três meses colocadas impossibilidades, e aqui vai ser a segunda vez que vai ser citada a Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), como emitindo pareceres técnicos de cariz muito duvidoso, e era isto que queria mostrar, mas posso ler, e a DPGU diz que a argumentação do projeto que é submetida

não é aceite porque viola o ponto 3.7 do artigo 12.º do PDM que está em vigor na redação final de um de agosto de dois mil e dezasseis, e que diz que nos espaços urbanizáveis, que é o caso do terreno em questão, são admitidas edificações assistemáticas quando cumulativamente o prédio seja marginado por via pública pavimentada infraestruturada, que é o caso é asfaltada, e alínea b, o projeto respeite as características morfológicas e tipológicas predominantes envolventes, enfim a tal imagem que vos queria mostrar depois poderão consultar, portanto é irem ao Google maps e veem de facto quatro esquinas, três construídas, e com construção que não é de desprezar, um é um parque campismo, a outra esquina é um hotel da Polícia (PSP) e a outra é uma casa que creio que ainda será habitada, enfim, a cerca de cento e poucos metros estava a nascer uma urbanização que agora com a revisão do PDM, não se sabe muito bem o que irá acontecer e que tinha ali uma certa consistência arquitetónica e talvez a mais equilibrada em todos os Casais do Baleal, como é conhecida a Quinta das Palmeiras, e que agora parece que vai ser um projeto abortado, esperemos que não.

Eu também me identifico como subscritor da petição contra esta proposta de revisão do PDM, e que já ai foi referido, e portanto agora quero juntar aqui a questão política, porque me foi dada essa liberdade a partir do momento que os serviços técnicos têm uma argumentação que é no meu entendimento, é verdadeiramente de fraca qualidade e de legitimidade muito duvidosa, portanto isto é o típico projeto que foi metido dentro da gaveta e está há três anos e três meses, se calhar isto tem corrido mal para a Câmara porque o PDM se atrasou, provavelmente eles queriam ter este projeto só um ano ou um ano e meio na gaveta, o PDM resolvia-se e agora aqui é que surgiu a questão da minha preocupação exacerbado, e aqui acho que é o fórum correto para colocar mais uma vez esta questão, porque aqui entra o fator política seguramente, o fator política, discussão política, e que tem a ver em tudo com esta revisão do PDM é porque de toda a documentação que me foi dada a analisar que é pública, eu assusto-me e preocupo-me aterrorizadamente com a potencial desapropriação de parte do meu terreno que não é um terreno assim tão pequeno, um tem três mil metros quadrados e o outro tem um hectare, sendo cortado a meio por uma estrada que terá quinze ou vinte metros o que for, nos termos de desapropriação, tudo no segredos dos deuses, no maior mistério, mas sempre cenários causadores de perplexidade e de grande preocupação para o proprietário, o que se passa e sei que me estou a repetir relativamente à reunião de vinte e dois de novembro, em que vos disse, com a vossa situação de querer ser enquanto proprietário e investidor de um projeto imobiliário que potencia a construção de fogos para habitação para a fixação de população na região que até pode ajudar a Câmara nas suas finanças em termos de IMI, impostos, eu vejo-me nessa posição que tem vindo a ser negada há três anos e três meses, com uma argumentação que não existe, que acabei de uma forma muito simplificada de demonstrar, meteram o projeto na gaveta porque acham que querem fazer ali outra coisa qualquer a luz de um potencial novo PDM, portanto eu foco-me agora nessa situação, não é de construir é salvar aquilo que tenho, que é muito pior, mesmo que não construa, eu ainda corro o risco de ter duas propriedades minhas com áreas significativas completamente retalhadas numa zona nobre de elevado potencial de construção, porque é a zona mais elevada, que terá a melhor vista para o mar, para as praias, que respeita os quinhentos metros de distanciamento da orla costeira definidas pelo POC, portanto nem interferia com nessa questão que já foi aprovada, portanto vejo-me nessa situação, e a minha preocupação aumenta e cresce, já não é a cada ano que passa isto é quase a cada mês, a cada semana,

e quando começo a ouvir teorias de desapropriação por parte da equipa de projeto e alterações e coisas esquisitas de facto fico verdadeiramente com todos os meus sentidos alerta.

O que é que vos peço? Não vale a pena dizerem que vão pedir ao Presidente da Câmara que faça um estudo, uma apresentação para voltar aqui a esta Assembleia, porque já é a segunda vez que cá estou, eu da primeira vez que aqui estive também me disseram que alguém me contataria e que estariam interessados pelo caso, fosse quem fosse, inclusivamente em dois mil e dezanove também em junho eu enviei um e-mail com o conhecimento do senhor Presidente da Câmara de Peniche e senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel e todos os Vereadores da Câmara de Peniche e até hoje ninguém se dignou a responder, portanto eu corro o risco de ter estado aqui hoje mais uma vez num dos fóruns da democracia, onde os munícipes podem intervir e colocar as suas questões, onde estive três hora e tal de espera, eu venho aqui e corro o risco de dizer isto tudo, vão-me dizer umas quantas coisas e daqui a uns anos voltamos, porque agora há a pandemia, o PDM era para ser aprovado desde junho ou julho, houve este prolongar até janeiro mas já se fala num novo prolongamento, e portanto o meu projeto pode continuar indefinidamente na gaveta. Gostava que me comentasse, me ajudassem, que me orientassem a desembrulhar isto de uma vez por todas, porque começa a ser estranho, um projeto deste estar tanto tempo num gaveta, e eu em conclusão final é me licito poder eventualmente concluir numa perspetiva política que o meu projeto pode interferir com interesses potencialmente já instalados e que serão secretos, subterrâneos, não sei, não sou de teorias de conspiração mas é legítima esta interpretação, quer dizer toda a postura do município me conduz um pouco a este tipo de interpretação conspirativa e eu não gostaria de ir por ai nem pensar nisso, mas gostaria de ver a minha situação resolvida.

**Ademar Marques (PSD):**

Começou por agradecer a presença do senhor Rui Dionísio, e afirma que foi o primeiro a responder-lhe da outra vez que veio à Assembleia e foi ver o que lhe tinha respondido e que lhe podia responder exatamente o que lhe respondeu anteriormente, mas não o fez porque o senhor Rui disse que não queria só palavras de conforto.

Devíamos estar a discutir o PDM, devíamos tê-lo discutido há muito tempo e já disse na minha intervenção sobre este assunto que estamos muito atrasados, devia ter sido feito, os seus interesses são legítimos enquanto proprietário e investidor, deviam ser acautelados na medida em que não conflituem com aquilo que ficar definido no PDM, mas para isso o PDM tem que ser discutido, portanto não quero repetir o que lhe disse na Assembleia em que falou e que lhe respondi e que defendi o seu direito em vir aqui expor a sua situação, de facto, é lamentável que um ano depois ainda não tenha sido discutido. Também disse na altura que não me compete a mim opinar porque não tenho conhecimento sobre o projeto, sobre o seu cumprimento ou não das regras e aí eu reitero o que disse na altura, acredito que a sua opinião possa ser levada em conta, mas aí não posso opinar, o que lhe posso dizer é que não é aceitável não ter resposta.

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Começou por agradecer ao senhor Presidente e ao senhor Rui, e afirmou que poderia dizer como o deputado Ademar, mas pode acrescentar mais alguma coisa, indica que foi consultar o e-mail que o senhor Rui enviou no dia trinta de junho de dois mil e dezanove, depois em outubro de dois mil e dezanove perguntou ao senhor Rui se já tinha

obtido alguma resposta e este disse que não, em novembro veio aqui à Assembleia Municipal e na altura lembra-se que o Presidente lhe disse que estava disponível para reunir, presumo que se está aqui é porque não se reuniu com o Presidente e não lhe foi dada nenhuma resposta como disse, na altura disse ao Presidente que se está disponível para reunir, responda pelo menos ao e-mail do homem e é aquilo que digo novamente, porque não dá para qualificar o facto de ainda não ter resposta e espero que o seu projeto seja aplicado, porque do pouco que descreveu me parece no mínimo com ajustes é possível uma esquina onde três cantos estão edificados o outro canto também poderá estar.

**Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Informou que queria só salientar dois aspetos, um para comentar esta reunião da Assembleia Municipal, em que fica claro que o público fala mais que os políticos, é notável e ainda bem, porque têm tempo para isso e acho que é fulcral para a democracia e poder local que assim aconteça. Sobre a questão essencial dizer obviamente que se não teve resposta, tem direito a tê-la, e o senhor Presidente da Câmara está presente deve dizer obviamente porque é que não respondeu, portanto é o mínimo que se pode pedir nesta situação que nos é colocada, ou de ausência de reunião ou de ausência de resposta ou das duas.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Afirmou que se disponibilizou para receber o senhor Rui, mas sinceramente estava à espera que ele se inscreve-se para o atendimento, mas agora vou fazer ao contrário, vou falar se calhar daquilo que não devia, mas vou mandar um e-mail à senhora arquiteta Chefe de Divisão, que neste momento está atender quase todas as sextas feiras, para receber o senhor, em relação aquilo que alguns dizem, a primeira vez que vi este projeto, perguntei porque é que não podíamos aprovar este projeto, portanto este projeto, nem concordo com a razão, o motivo do indeferimento, tanto não concordo que é uma das questões que tem de ser discutida e vai ser proposta alterar, que é a questão da continuidade ao tecido urbano existente, que para mim é um absurdo, mas ele existe e tem sido prática desta casa há alguns anos, ainda esta semana se falou noutro processo em reunião de Câmara, que é parecido com isto, que é o entendimento que temos aqui uma casa, aqui não temos casa, e noutro terreno uma pessoa quer contruir, mas como no outro terreno ninguém constrói ele também não pode construir, para mim isto é um absurdo, como há muitos, como já tenho referido na 247, a seguir ao entroncamento para Geraldês, ai a seguir há uma série de vivendas e há intervalos que não são construídos e aquilo considerasse uma zona de reserva agrícola, acho que é um absurdo, já falei várias vezes com o Afonso sobre isto, portanto o projeto não está na gaveta, o projeto neste momento não pode ser aprovado por pena minha. Agora vamos falar de outra coisa, e aqui o senhor Presidente da Junta de Ferrel também conhece porque também me fez essa observação, eu é que fui culpado da proposta do estudo da rotunda ou de outra coisa qualquer, porque não está nada definido, não foi o PDM, eu olhei e se calhar fiz mal, olhei para a rua Cruz das Almas e entendo que aquilo é um mau exemplo de ordenamento, é uma rua que não dignifica um acesso à Vila de Ferrel e que é muito usada, e não dá para fazer passeios, nem estacionamento se tiver trânsito nas duas vias, e houve um promotor que não vou falar o nome que quis fazer uma urbanização a Norte daquelas que estão feitas, portanto da rua Cruz as Almas para Norte, e quando termina aquela urbanização

tem lá um grande terreno e andou aí, e nós é que lhe dissemos, tem que fazer uma estrada para fazer a ligação, portanto uma estrada num sentido e outra estrada noutra, e vieram logo dizer que deveria de haver interesses e que era o Professor Jorge Carvalho, não, fui eu que pedi aos serviços e ao Professor Jorge Carvalho para estudar, mas não está nada fechado, esta semana, processos difíceis, que tem andado aí, nós temos estado a procurar encontrar soluções, e encontramos algumas soluções que nunca tenham sido estudadas e vamos propor a Câmara, como promotores, as unidades de execução que é na minha opinião deve ser usada no limite, mas às vezes é uma boa oportunidade, nomeadamente para se a Câmara quiser uma das propostas vai ser essa, se a Câmara quiser faz uma unidade de execução entre a Câmara e o privado, tem é que fundamentar com interesse público, e tem, nós discutimos e tem interesse público. Neste caso lamento inclusive que não consigamos acelerar mais o PDM, não será assim tão verdade aquilo que foi falado em relação às propriedades vizinhas e penso também que algumas considerações que são feitas, não correspondem a verdade e também não ajudam, aproveito a oportunidade para dizer que assumo isto, o regulamento do PDM não devia de ser partilhado com ninguém sem primeiro a Câmara ter discutido, sendo verdade, e já vou falar disso mais a frente, que há lá situações que não se ajustam àquilo que nós queremos para o nosso PDM, e que defende os interesses da nossa população, o certo é que ele foi partilhado com pessoas e não está fechado, esta situação não está prevista no PDM, vai ter que ser revista, a articulação que está prevista noutros lados não vai ser aquela, mas nunca foi discutida, foi apresentada, aquilo é um documento apresentado, não é proposta nenhuma porque a Câmara nunca a assumiu como tal portanto deve assumir e vou fazer, já tenho trabalhado as várias propostas inclusive esta e outra parecida, ao lado que tem também a ver com a construção, que havemos de trabalhar e com o contributo dos membros do executivo de certeza que vamos melhorar, agora os pareceres não são de carácter duvidoso, é uma prática da casa que existe a uma série de anos, que não sei precisar neste momento, e que nós, inclusive existia outras práticas, uma delas conseguimos alterar há uns meses atrás, esta nem sei se conseguimos alterar, se me disserem assim é possível alterar, já pedi para verem isto esta semana, se é possível alterar, se depender da Câmara e da Assembleia Municipal vai ser alterada, isto se os colegas concordarem, agora que é uma situação melindrosa e que nos deixa incomodados, nós não entendemos que este seja o procedimento correto, mas é o que existe e nós não o podemos ultrapassar, é assim um parecer técnico municipal não pode ser ultrapassado pelos políticos só com outro parecer que o possa contrariar e mesmo isso é complexo, não quero falar mais sobre isso, peço desculpa.

**MARCELINO PEREIRA:**

Começou por cumprimentar todos os presentes e por se apresentar a ele próprio.

Disse que queria fazer uma questão antes de ir direto ao assunto que o trouxe a esta Assembleia, a questão é a seguinte, após o ato da inscrição nesta Assembleia foi contactado pela Câmara Municipal, primeiro por escrito e depois por telefone com o objetivo de saberem qual o assunto que iria apresentar nesta Assembleia, só estou a por a questão, porque dada a situação em que estamos, a reunião é feita por videoconferência, mas penso que estava no meu direito numa situação normal de aparecer e expor o meu assunto, queria saber só se isto faz algum sentido e já agora qual é o objetivo de perguntarem as pessoas qual é o assunto que vão tratar antecipadamente, penso que não há receio de ninguém de eventualmente ser tratado algum assunto que não estejam

preparados penso que não seja isso, se me pudessem esclarecer isso agradecia.

Depois o assunto que me traz aqui, comparado com os assuntos que já foram aqui tratados é um assunto menor, mas que também é importante e curiosamente se é um assunto que em mais de três meses não conseguiram resolver, não sei o que dizer desses assuntos mais importantes que foram tratados aqui hoje, mas indo ao ponto principal, isto é uma repetição, há cerca de três meses participei nesta Assembleia Municipal para expor a falta de limpezas na zona dos Casais do Baleal, mais propriamente na zona junto à urbanização Quinta das Palmeiras, e para meu espanto diário, estamos a dia vinte seis de setembro e as coisas estão exatamente iguais, ninguém fez nada, as ervas estão no mesmo sítio, está tudo igual, não há qualquer brio nesta zona, entretanto nestes últimos dias recebi uma carta da Junta de Freguesia, espelhando tudo o que se está a passar sobre este assunto e já deduzi isso, que existe um despique do passa a bola de um para o outro, de quem é que são as responsabilidades, entretanto aparentemente a responsabilidade inicial era da Câmara, agora passou para a Junta de Freguesia, mas a questão é que nós que estamos aqui a habitar, estamos aqui no meio e não nos interessa de quem é a responsabilidade, interessava era que as coisas fossem resolvidas, estamos a falar de uma limpeza, não estamos a falar de nada de transcendente, o que mais me preocupa é que nessa mesma carta, fui informado de que a competência foi passada agora para a Junta de Freguesia mas claro que a Junta de Freguesia já se está a lamentar que não vai conseguir resolver tudo de uma vez e que são processos longos e que vai ter que contratar mais pessoas, que pode levar três, seis a nove meses para contratar novas pessoas e nos vamos ficar aqui à espera que alguém resolva as coisas ou eventualmente agora vindo o Inverno que a chuva lave isto, só que há lá ervas tão entranhadas e tão grandes que eu duvido que mesmo a chuva consiga fazer isto, o que é lamentável. Eu deduzo que só façam isso, porque sabem muito bem que nesta zona aqui pouca gente habita aqui o ano todo e raras são as pessoas que voltam aqui, porque se calhar se fosse noutros sítios como é no centro da Vila de Ferrel ou no centro de Peniche em que não se vê nada disto, estas coisas não acontecem, mas vocês têm que perceber que há pessoas que moram aqui o ano todo e que também têm que ser respeitadas, embora seja um assunto menor penso que tenho todo o direito de me expor aqui e gostava que dessem uma resposta sobre este assunto.

Outro assunto que queria também dar a minha opinião era sobre o PDM, acho que já estava na altura, pelo menos aqui na freguesia de Ferrel onde eu habito, as pessoas não estão contentes, o plano que está a ser apresentado não está a satisfazer a maioria das pessoas e acho eu que já estava na altura de eventualmente o executivo vir à rua tentar ouvir as pessoas e tentar fazer uma coisa que sirva as pessoas, o PDM são para as pessoas tentarem viver melhor e que as coisas corram da melhor maneira possível, portanto estar a por isto nas mãos de alguém que não é de cá, que não conhece e que não se interesse pelas pessoas de cá não faz sentido nenhum, portanto acho que deviam fazer isso, sair dos gabinetes, virem um bocadinho à rua, falarem com as pessoas para ver se chegam a algum entendimento.

**Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):**

Informou o senhor Marcelino que o motivo pelo qual perguntam qual o assunto a ser exposto na Assembleia é que existem algumas situações que existem processos e é mais fácil assim fazerem referência dos assuntos é só essa a razão.

**Ademar Marques (PSD):**

Agradeceu ao senhor Marcelino, por ter vindo mais uma vez a esta Assembleia, para trazer este assunto. Gostaria de aproveitar para fazer aqui uma questão relacionada com a limpeza. Percebe que é um desafio enorme para todos os Presidentes de Junta e é um desafio acrescido com este momento em que vivemos, é lamentável que as pessoas não tenham o cuidado de não deixar máscaras na rua, mas é verdade que se vê em todo o lado, vê-se em todas as freguesias, portanto, também fazia o apelo a todos os Presidentes de Juntas de Freguesia, que em articulação com a Câmara Municipal, para que fosse possível reforçar nestes tempos essa limpeza urbana, porque, de facto, nota-se que há um agravamento deste problema, portanto, aproveitando este questão concreta que o senhor Marcelino Pereira nos trouxe, queria também deixar esse apelo, compreendendo que é um desafio difícil de dar resposta, mas que é um desafio que é preciso também agora reforçar a resposta.

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Começou por cumprimentar o seu conterrâneo, o senhor Marcelino Pereira, e agradeceu a presença do mesmo nesta Assembleia. Relativamente ao assunto também acha que não faz muito sentido, porque acabar por condicionar a pessoa que se depois quiser colocar mais alguma questão já não pode, mas já foi respondido pelo Presidente da Assembleia.

Relativamente à questão da Quinta das Palmeiras, é responsabilidade da Junta de Freguesia com a transferência de competências e a partir de agora não é preciso pedir nada à Câmara Municipal porque não precisamos que vão lá fazer a limpeza, porque se não foram até agora não é agora que vamos precisar que eles lá vão, já não está exatamente igual, já foram cortados os jardins esta semana, estamos a terminar os trabalhos de aplicação de produtos fitofarmacêuticos em glifosato na vila, vamos passar agora para essa zona que está realmente um matagal, ate dói ir aí, e temos estado por aí porque temos estado a avaliar os sistemas de rega, portanto as intervenções como lhe foi explicado na carta, fizemos questão de nos dirigir a todos os moradores, para saberem o que estava previsto e também puderem dar sugestões, deixamos o contato de cada elemento do executivo, deixamos a cara de cada elemento do executivo, deixamos o e-mail direto de cada elemento do executivo para puderem dar sugestões e saberem a quem têm de se dirigir agora. Entraram na segunda-feira três funcionários ao serviço, portanto isto foi quase em tempo recorde porque de agosto até agora não passou dois meses e já conseguimos colocar duas pessoas, porque já tínhamos dado andamento a algumas coisas porque já sabíamos que o acordo de transferência de competências ia ser celebrado, porque se não fosse com a intervenção do Presidente da Assembleia Municipal e os Vereadores da oposição, se calhar hoje ainda não havia o acordo de transferência de competências, porque da parte do Presidente foi travado até à ultima hora, portanto e a questão é esta, houve período de férias, houve o pessoal que tinha que ser contratado e ainda mais no Verão foi realmente uma situação que lhe posso garantir que enquanto for Presidente de Junta nunca mais se vai repetir nesse zona, porque aí pode-se aplicar a palavra vergonha, que é o que se está aí a passar e ainda há pouco tempo disse a um vizinho seu que me abordou na rua, e que lhe disse, tudo bem que vocês não têm culpa nenhuma, vocês pagam os impostos têm que ter o serviço feito e essa é que é a verdade, no entanto temos que explicar aquilo que se passa e à coisas que não estão no nosso controlo. A partir de agora fique descansado que na próxima Assembleia Municipal trará



outro assunto que não a falta de limpeza aí na Quinta das Palmeiras e fica aí uma promessa para si.

**Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Disse que sobre a primeira questão o Presidente da Assembleia já justificou não vale a pena estar com mais palavras sobre isso.

Sobre a segunda questão e que tem a ver com as competências que passaram para as Freguesias a transferência, dizia o seguinte nós temos vários problemas, isto é um país que anda muito devagarinho, só para lhe dar uma ideia, nós lançamos um concurso para três funcionários, pagámos à Casa da Moeda adiantado, aquilo é por pagamento adiantado tem que se pagar logo, 190€, demoraram dez dias para publicar, porque aquilo tem muito trabalho, tem muitos concursos, portanto só ao fim de dez dias é que conta os prazos, esta é a realidade de um país digital mas que anda tipo linha do Oeste no resto, e por isso a dificuldade que é resolver este problema do pessoal, é daquelas coisas que não lembra a ninguém, em pleno século XXI em que já brincamos todos com tudo o que é preciso para fazer um concurso, isto é tão difícil, portanto é para dizer que nós sentimos essa necessidade, quero dizer ao senhor Presidente da Câmara e ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que há duas notas importantes neste momento sobre as pessoas, as pessoas estão mais sensíveis que nunca a tudo, e temos que fazer muitas ações de sensibilização ambiental, muitas, porque há pessoas que já têm bons hábitos e que são de sublinhar e registar mas há outros que nem tanto, só para dizer que limpamos à sexta-feira, damos a volta para limpar aquilo que chamamos os monstros, os restos das casa que as pessoas deixam juntos aos contentores, mas ao sábado as pessoas vão lá colocar à mesma, é uma coisa impressionante, quer dizer podiam colocar na segunda-feira e nós à segunda-feira limpávamos, mas não colocam ao sábado para se limpar à Segunda, significa que durante a noite de sábado e o dia todo de Domingo ficam os sofás, os eletrodomésticos, fica tudo junto ali, é tudo à grande como diz o outro, e acho que temos muitos trabalho para fazer para melhorar.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que não deixa de registar, pois não é só verbal mas também por escrito, a indelicadeza que agora é norma e que parece que é um principio que está instituído por parte do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel e lamento isso até pode ter muitas razões de queixa, mas é assim, a história está mal contada e não vou agora recuperar essa história, porque essa historia tem a ver com junho do ano passado, com uma celebre conversa com duas pessoas na Sala de Paços de Concelho, mas isso já não interessa porque é passado, nem quero recuperar isso, mas tenho consciência dessa conversa, sei quando é que enviaram a proposta, o que foi combinado que por acaso tinha entrado de férias, parece que como sabem que entro de férias normalmente a dia quinze, este ano a sessão era para dia catorze. Diria que houve uma grande insistência, os senhores Presidentes de Junta da Serra d'El-Rei e de Ferrel têm algumas razões de queixa mas também o processo como foi desenrolado, as propostas como foram feitas também não ajudaram e houve alguns, como hoje é uso referir, houve algumas poluições que acabaram por não ajudar nada à festa, aliás como tem sido prática desde essa altura para cá, diria o senhor Marcelino tem razão e alguns moradores da cidade também têm algumas razões de queixa, mesmo registando aquilo que o senhor Presidente da Junta da Serra referiu, ainda hoje dei ai uma volta e não foi na cidade, é uma prática que as pessoas

agora têm por o lixo no chão, e vamos ter mesmo que fazer uma grande campanha mas também tenho consciência que não é só em Peniche é um bocadinho por todo o país.

A Câmara não chutou o caso para a Junta de Freguesia como o senhor Marcelino diz, lamento mas não chutou, mas digo que me enviaram vários e-mails sobre o Sol Village I e o Sol Village II, em que eu tentei sempre ser delicado, não passei culpas para ninguém a única coisa que referi e se calhar fiz mal, é que podia não estar atento e que depois em setembro me dissessem se as coisas estavam a ser resolvidas, a Câmara começou a pagar, foi esse o acordo, esta transferência de competências a partir de dia um de julho, chamou o senhor Presidente e perguntou se estavam em condições para ser acompanhado pelos técnicos nomeadamente dos serviços de espaços verdes, nomeadamente por causa do sistema de rega e conversaram a minha frente e disseram eu não havia problema, se nos tivessem dito, pelo menos da relva, que não havia condições nós até pagávamos a verba da transferência um mês ou dois ou três se fosse preciso, eu sou muito mau mas depois faço destas coisas, tinha feito e pelo menos a relva não tinha chegado aquele ponto, o resto em termos de limpeza, em relação aos espaços pouco cuidados, às fotografias que acho que não ajuda em nada o poder local e a democracia, que enviaram na carta aos moradores, inclusive acho que é uma indelicadeza, já chamei à atenção algumas pessoas que vêm à reunião de Câmara e que falam no nome dos nossos técnicos, não esperava ver o meu nome numa carta de uma Junta de Freguesia dirigida aos seus fregueses, acho que pelo menos em termos institucionais temos de ter um bocadinho de cuidado, posso fazer, evito, acho que ainda não o fiz, dirigindo-me quando me refiro à Freguesia de Ferrel, digam que é o Presidente de Câmara, mesmo que o queiram diminuir façam-no à vontade, e sinceramente não gosto e digo mais, e referi isso com as Juntas de Freguesias todas, tenham cuidado, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia entendeu, porque também falamos sobre o mesmo e entendeu com os técnicos que deveríamos esperar mais uma tempo para assumir algumas responsabilidades em termos de espaços verdes e eu respeito, mas o que queria dizer é o seguinte, os espaços verdes são do concelho, são tratados pelas freguesias mas tenham cuidado, nomeadamente o Sol Village I e o Sol Village II, peço ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel que não altere o seus espaços, porque isso deve ser tratado convenientemente com uma arquiteta paisagista, e temos duas, a seu tempo e a Câmara para além de pagar a descentralização de competências como foi acordado, obviamente que também está disponível para fazer um investimento para enriquecer aqueles espaços, que são espaços muitos nobres, é verdade que estão muito degradados, não falo tanto no lixo mas falo nos espaços verdes, gostaria de ter uma relação melhor com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel como tenho com outros para se tiver que ir ao espaço com naturalidade pudéssemos perceber o que tem que ser feito, mas pode ir com a arquiteta e pode fazer essa avaliação e fazer as suas propostas, é como com o senhor Presidente da Serra d'El-Rei, nós temos uma relação, conhecemo-nos há muitos anos, temos pontos de vista muito diferentes e já nos chateamos muitas vezes, mas a última coisa que vão ver é eu queres prejudicar a Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, porque eu não gosto do Jorge ou ele de mim, não, somos exigentes sim, exigimos o cumprimento de algumas regras mas isso é igual para todos, portanto não fiz crítica nenhuma à junta, não passo culpas para ninguém, normalmente assume as minhas culpas não procuro transmitir aos munícipes que é a freguesia esta ou aquela que é a culpada, não, acho que estamos a prestar um mau serviço à democracia e ao respeito pelos autarcas, já vi e já presenciei autarcas a fazer o contrario, sabendo

mesmo que a Junta de Freguesia, a Câmara, têm responsabilidades mas no fundo procuram ter uma atitude pedagógica para nos ajudarmos todos uns aos outros, nós não temos que nos amar todos uns aos outros, mas acho que temos um papel essencial para que as pessoas, que já dizem tão mal sobre os políticos, o nosso serviço de todos, já é tão difícil, tão exigente, sei o que é ser Presidente de Junta, e muito mais fácil ser Presidente de Câmara naturalmente, mas digo é um bocadinho aquilo que o Deputado Ademar referiu à pouco com as máscaras, não é só as máscaras, há muito lixo, depois dizem que temos que reforçar a limpeza urbana é um toque esta manhã, estava uma equipa da DOM a fazer uma intervenção nova, uma reabilitação de espaços e precisa de água sobre pressão, estava lá a máquina da Divisão de Energia e Ambiente e quem andava com a mangueira de pressão era um trabalhador da Divisão de Obras Municipais que, por acaso, até fazia falta noutros serviços que os colegas estavam a fazer e telefonei ao encarregado a perguntar se não tinha ninguém e ele disse que estava tudo sobrecarregado, nós temos mais pessoal, mas é assim mesmo nos monos tem sido um esforço diabólico, não é de agora, já vinha do mandato anterior, que o Jorge sabe, mas agora ainda duplicamos a situação e não é fácil mesmo com mais carros, mais intervenção não é fácil, porque também ando por ai, também tiro fotografias e também mando mensagens a informar das ruas, agora temos que nos ajudar todos uns aos outros, vamos procurar deixar de ter uma postura negativa porque queremos culpabilizar alguém, não, somos todos culpados, agora vamos tentar resolver as questões que existem, já vou responder ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel sobre várias outras questões no tempo certo.

**Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):**

Informou os deputados que a Mesa entende que não há hoje condições para terminar a reunião, e falta ouvir uma pessoa do público e o senhor Presidente de Junta da Freguesia de Ferrel queria réplica aquilo que o senhor Presidente da Câmara disse e queria-vos dizer que são uma hora e dez minutos da manhã, vamos terminar o ponto antes da ordem do dia, porque o senhor Presidente tem as respostas do PDM e perguntava ao senhor Clementino Garcia se não se importava de ouvir primeiro as respostas que têm a ver com o PDM, até porque o senhor referiu que só intervinha se tivesse algumas questões para colocar e como as questões do PDM que foram aqui levantadas antes, do ponto antes da ordem do dia, pelos senhores Deputados municipais, ainda não foi respondido pelo senhor Presidente de Câmara e mesmo assim ainda há duas inscrições no ponto antes da ordem do dia, pedia ao senhor se não se importava de aguardar, e se não fosse possível hoje, o faria na continuação desta Assembleia Municipal.

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Disse que quem ouve o senhor Presidente da Câmara, pensa que são todos uns maus, que andam aqui a tratar mal toda a gente, que tratamos muito mal a Câmara e que tratamos muito mal o senhor Presidente, porque parece que lhe faltei ao respeito alguma vez e que não quisemos trabalhar, o Sol Village II é um exemplo, o senhor Marcelino falou da Quinta das Palmeiras, o Sol Village II no início do mandato, o chefe de gabinete Francisco telefonou-me porque tinha lá um e-mail, de quem é que é a responsabilidade de por ali uma placa com o nome do Sol Village II, sabe o que lhe respondi, Francisco não vamos perder tempo com isso, tratamos da placa e vamos nós lá pô-la e isso é um exemplo de muitos, de um trabalho de colaboração que queríamos fazer, documentos

que mandámos para aí, coisas estudadas e trabalhadas. Não sei qual foi a falta de delicadeza que tive, falta de delicadeza já teve o senhor Presidente comigo e com a minha equipa, por exemplo vou lembrá-lo, na reunião das grandes opções do plano, quando nós dissemos que gostávamos de ficar com a gestão do Pinhal e você disse que não confiava na nossa competência, assim numa reunião, com aquela calma que lhe é característica e depois os outros é que são indelicados. Depois também disse na transferência de competências que insinuou que nós mandamos o documento quando estava de férias, nós não somos obrigados a saber quando vai de férias, mandei-lhe aquilo nas férias no dia vinte e dois de agosto de dois mil e dezanove, mandei para o seu e-mail porque podia ver e no final daquela carta foi-lhe recordado logo na reunião seguinte de Câmara que tivemos pelo senhor Vereador Filipe Sales, que lhe dizia lá no fim que estávamos disponíveis para reunir e para analisar o assunto e o senhor Presidente não quis reunir até fechar o prazo e até hoje não nos respondeu, quando o senhor Presidente me disse que estava de férias sabe o que é que eu lhe respondi, “senhor Presidente, desculpe lá, mas eu não tive férias”, sabe o que você respondeu, lembra-se, você respondeu, “não teve férias o problema é seu”, portanto se o senhor Presidente está de férias, o problema é seu, deve ter alguém que o substitua, ou devia de ter, portanto o problema é seu que foi aquilo que você me respondeu, agora deixar claro que a Câmara não nos paga nada, a Câmara manda o que vem do Estado para Ferrel, é a Câmara que transfere mas é a freguesia que faz o trabalho, a partir do próximo já é o Estado que paga diretamente, isso não aconteceu assim porque foi o que o Presidente quis, mas nós não recebemos aquilo que a Câmara quer dar, nós recebemos o trabalho que fazemos e relativamente à relva nós tivemos com os dois funcionários que até foram amáveis, mas aquilo foi vamos ali num instante ver, aquele sistema é assim, aquele sistema é acolá, os homens também não podiam fazer mais até porque não foram preparados para isso, mas nós não queremos esmolas, vocês têm que perceber que, querem colaborar têm aqui uma equipa para colaborar convosco, não tenham dúvidas nenhuma, vocês e qualquer um, mas também se não nos querem tratar bem não venham com esmolas, porque nós não precisamos de esmolas, nunca precisamos, foi preciso cortar relva nós fomos cortar, está quase toda cortada, foi preciso fazer caminhos agrícolas, o senhor Presidente começou por agradecer aos agricultores, mas nem um nivelador foi capaz de mandar lá, desde o início do mandato que é um problema, as máquinas agrícolas pedi no início do mandato, na reunião de mapa de obras, precisamos de duas semanas do camião de obras, do nivelador e do cilindro, até hoje nunca conseguiram e depois aqui na Assembleia parece que nós é que somos os maus e que vocês é que faziam tudo, tirou-nos os sacos do lixo em pleno Julho, no mês de julho acabamos de colocar dez Papeleiras na rua e o senhor Presidente foi capaz de assinar um despacho para tirar os sacos do lixo à Freguesia de Ferrel e depois vem aqui com lições de moral que nós é que não queremos colaborar, estamos a falar de sacos do lixo, para recolher o lixo das ruas e depois fala em limpeza. A relação que o senhor Presidente tem connosco é a relação que quer, porque nós sabemos nos relacionar e relacionamo-nos com muitas instituições e com nenhuma temos a relação que temos com a Câmara, começámos com muita vontade de ajudar, se o senhor Presidente tem informações de reuniões é dizê-las todas aqui porque eu não tenho problema nenhum, sei bem aquilo que digo e escrevo muito para não me esquecer, mas depois de tanto pontapé quem não se sente não é filho de boa gente, nós não precisamos de esmolas, agora que já estamos servidos, nem limpeza iam lá fazer, agora até uma arquiteta paisagista, como isto muda.

**Sofia Barradas (PSD):**

Começou por falar sobre uma questão que viu durante a reunião, em que esteve a ver a informação escrita do Presidente e viu a remodelação que estão a fazer ou que já completaram, se calhar, do antigo minimercado do parque campismo. Afirmou que isto foi uma perfeita desilusão, porque naquele espaço, que é um espaço privilegiado no parque campismo, estão a fazer um armazém geral e garagem de equipamentos. Eu visitei o parque campismo no mandato anterior (na altura estava a substituir a senhora Vereadora Cristina Leitão) e tive oportunidade de, em Reunião de Câmara, apresentar uma série de aspetos que achava que mereciam uma atenção maior por parte do executivo, relativos ao parque campismo. Por todos os motivos que nem precisam de explicação, mas também por um: é que o parque de campismo é uma fonte de receitas enorme para o município. A ideia base de todas as propostas que foram feitas na altura era só uma: o parque campismo tinha que ter um conceito diferente, um conceito mais moderno, mais adaptado aos dias de hoje. Uma das soluções que se falou na altura (depois o senhor Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei poderá confirmar) e que chegou a haver um projeto, apresentado em Reunião de Câmara, e que consistia em transformar este espaço em bungalows para alugar. Agora, vendo esta solução, fico completamente desiludida. Também quero dizer que vi fotografias do parque infantil e do campo de futebol e deixo a minha felicitação sobre isso. Tínhamos, nesse espaço, um campo de ténis, nem sei bem como adjetivar. Na altura já deveria de estar fechado, pois não dignificava nada o parque campismo. Mas relativamente ao aproveitamento daquele espaço (do antigo minimercado do parque campismo), fiquei desolada e queria dar-lhe essa nota. Se for possível, agradecia que pensasse melhor sobre o assunto.

Outra questão é relativa à abertura do ano escolar e às Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC). Sei que acontece nesta situação completamente atípica relacionada com a pandemia e acho que todos teremos a preocupação (até falo também como encarregada de educação) de colaborar com os agrupamentos escolares e com aquilo que as escolas dos nossos filhos necessitam. A questão está relacionada com as AEC. Penso que esta situação não estará de todo relacionada com a Pandemia e que deve haver alguma questão estrutural que não está a ser atendida: porque é que não se consegue começar a disponibilizar as AEC nos primeiros dias de escola? Não digo no primeiro dia, mas no dia seguinte. Tenho colegas de trabalho que, por exemplo, têm os filhos nas escolas de Óbidos e as AEC são disponibilizadas desde o primeiro dia. Portanto, também gostava de perceber isso e pedir-lhe que visse se há alguma coisa que estivesse ao alcance da Câmara corrigir para que fosse possível disponibilizar este serviço. Este serviço é extremamente importante para os pais, nomeadamente para os pais que não têm apoio familiar ou outro para ir buscar os filhos. Este prolongamento de horário é importante porque nós estamos no trabalho e os horários escolares são diversificados: no meu caso eu teria que estar disponível às quinze horas e trinta minutos para ir buscar o meu filho à escola. Hoje começou uma AEC, das três que ele vai ter, as outras duas ainda não sabemos quando vão começar, e, portanto, peço que melhore esta questão no próximo ano. Se há outros municípios que conseguem, nós também devemos conseguir, com certeza, e às vezes basta uma questão de planeamento - o senhor Presidente fará a análise que entender ser necessária.

Outra nota que queria deixar aqui e que não tem necessariamente que ser respondida pelo senhor Presidente, é uma nota que entendi ser importante fazer neste

momento e que está relacionada com a questão de estar previsto recebermos (a nível nacional) um elevado montante, em termos de fundos comunitários. Segundo o que tenho lido e acompanhado na comunicação social, vamos receber mais do dobro do que conseguimos executar nos melhores anos de execução de fundos comunitários e, portanto, estamos a falar de qualquer coisa que se calhar para nós pessoalmente é difícil de imaginar e, obviamente, não o conseguiremos fazer com a mesma estrutura, com a mesma organização, com as mesmas dinâmicas do passado, mas esse nível de preocupação caberá ao Governo desenhar e implementar. A questão é que considero que para Peniche, isto é a grande oportunidade. Considero que isto é aquela oportunidade que achava que já não íamos ter. Achava que Peniche, nos próximos anos, não iria conseguir fazer investimentos muito avultados. A capacidade financeira da Câmara também é o que é, embora exista uma otimização de receitas que pode ser feita, nós defendemos isso ano após anos. Contudo, para as necessidades que nós temos, estamos longe de que seja possível arrecadar receitas que garantam os investimentos que precisamos fazer e, portanto, acho que, do que poderá vir, quer do instrumento para recuperação e resiliência, quer dos fundos comunitários que já temos aprovados no quadro comunitário do Portugal 2020, quer aquilo que será o quadro depois do quadro comunitário do Portugal 2030. Temos mesmo que saber aproveitar. Possivelmente uma das coisas que aprendemos nestes últimos tempos, como sociedade, é que temos que nos adaptar às circunstâncias de forma muito ágil e temos aprendido, se calhar, da forma mais difícil. Temos que ser rápidos nessa adaptação, em todas as vertentes da nossa vida porque agora o que se avizinha (fundos comunitários), não têm como objetivo apenas, a recuperação da economia e a recuperação social - não é apenas a recuperação que se pretende; tem um desafio muito maior que é o da resiliência, ou seja, tudo aquilo que criarmos, o que pretendemos manter, à custa destes fundos comunitários, teremos que o fazer com a robustez financeira, com a robustez social e com a robustez ambiental que é necessária para garantir que, de facto, conseguimos viver neste século e adaptar o nosso concelho a este século.

Gostaria, também, de salientar, que a componente ambiental se assume, de facto, cada vez mais como um elo agregador das políticas públicas. Nós vemos isto claramente nestes fundos comunitários que virão, como aliás, já se notava essa tendência nos últimos, com a questão da eficiência energética, por exemplo. Tudo o que pensarmos fora das alterações climáticas, fora da sustentabilidade ambiental, fora da economia circular, fora da neutralidade energética e carbónica, fora da bioeconomia e fora da digitalização não vai ter lugar. Nós temos que mudar o paradigma, vamos ser obrigados a desenhar soluções muito rápidas porque o período de execução destes fundos, nomeadamente do instrumento de recuperação e resiliência, julgo que é até dois mil e vinte seis, portanto, estamos a falar de soluções rápidas, ágeis, com soluções muito técnicas, muito tecnológicas também e, portanto, vai exigir equipas multidisciplinares e muito trabalho colaborativo. Na base de tudo, deve estar uma visão muito objetiva, de afirmação deste concelho, que é uma visão que temos perdido, algures nas preocupações que temos do dia-a-dia (também temos que as ter, mas também não podemos perder o rumo neste horizonte mais largo). Os desafios que tínhamos já eram muito grandes: legislação que é cada vez mais exigente, a transferência de competências que o senhor Presidente já mencionou também aqui várias vezes, o ter que executar as obras que já têm as candidaturas aprovadas e que já têm fundos comunitários e que também tem sido um desafio para a Câmara Municipal, mas queria deixar o alerta porque acho que a dimensão

que vem agora aí é outra. Se já era difícil, o que vem por aí vai ser muito mais complicado e, portanto, não quero questionar o senhor Presidente hoje, não vou fazer questões sobre se já pensou neste assunto, como é que pretende atacar o problema, que dificuldades antevê. Não lhe vou fazer questões nenhuma, queria só lhe deixar esta nota porque considero que isto é, de facto, importante e devia ser um ponto de discussão aqui, neste fórum, e noutros. Na Câmara Municipal obviamente, em primeiro lugar.

Quero ainda deixar mais uma nota. Já hoje falámos aqui sobre o Plano Diretor Municipal e, se considero, de facto, o acesso a estes fundos comunitários a grande oportunidade para Peniche, temos que ter o PDM aprovado senhor Presidente porque senão, corremos o risco de não conseguir aceder a estes fundos.

**Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):**

Gostaria de perguntar aos membros da Assembleia se estão de acordo que esta sessão passe para outro dia. Após discussão ficou definido dar continuidade à mesma, dia sete de outubro.

**Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Disse existir mais vida para além do PDM e que quer respostas a coisas concretas por parte da Câmara, se o senhor Presidente não está aqui, certamente a senhora Vice-Presidente regista e depois obtenho a resposta daqui a uns dias.

Ponto um, plano de alcatroamentos do concelho, foi dito nesta sala, faz daqui a alguns dias três anos, que ia haver um plano de alcatroamento, pergunto se já teve lugar essa reunião com os Presidentes de Junta ou se ainda vai ter até ao final do mandato, estão a ver a importância das questões, ponto dois, recebi reclamações de encarregados de educação relativamente aos passes escolares e esses encarregados de educação tiveram que pagar o valor dos transportes que a empresa em causa não aceitou outra hipótese, acho que esta questão tem de ser discutida com a empresa, porque as famílias não estão para estar a ser neste momento responsabilizadas por situações que elas não têm a culpa, os passes escolares, esses sim tem que estar prontos a tempo e horas quando começa o ano letivo, e há registos, tenho nomes que posso fazer chegar, de pessoas que não tiveram passe e tiveram que pagar o bilhete, e isto não pode ser, nunca aconteceu, sobre a questão dos impostos, uma questão importantíssima, gostava de perceber se a Câmara Municipal já discutiu este assunto, porque depois não se esqueçam que compete a Assembleia Municipal tomar a decisão, qual é a política de impostos para o ano que vem, chamo a atenção, todos os anos digo isto aqui na Assembleia Municipal, devia ser feito um esforço no sentido de uma atualização no IMI, mas pergunto se existe essa discussão, se não existe não se esqueçam de que isto é para os próximos meses, julgo que a lei agora permite que vá até novembro, depois sobre a questão do PDM queria dizer o seguinte ao senhor Presidente da Câmara, não vou fazer aquelas intervenções que tinha aqui tudo escrito mas não vou fazer, só quero chamar a atenção do seguinte, este processo neste momento sofreu hoje uma das coisas que nunca pensei ver, foi a reação de uma população e não era só Ferrel, a um instrumento de planeamento que devia objeto de unidade entre todos os autarcas no sentido de encontrar um Plano Diretor que fosse o melhor para o concelho e é isto que nós temos que fazer, não temos outra hipótese, o caminho é cada um ceder naquilo que tem que ceder, disse aqui na reunião de junho que reconhecia na equipa técnica, pelo menos no responsável da equipa técnica, uma pessoa brilhante nesta área, disse ainda que achava que ele era muito teimoso, o senhor Presidente retorquiu “e

tu também és”, é verdade, mas a minha teimosia não tem nada a ver com aquele técnico, ele é muito mais teimoso que eu, agora este PDM não é para ele, este PDM é para as pessoas do concelho de Peniche e somos nós que o votamos, se for bom tem o sim, se não prestar tem o não, é tão simples quanto isto, o conteúdo é bom nós votamos a favor, não tem o conteúdo é obviamente chumbado e depois há consequências, é essas consequências que se pretendem, um chumbo de um Plano Diretor Municipal, não, tem que se dizer à equipa técnica que eles têm que ter capacidade para ouvir, para integrar e atenção que não considero que aquele documento esteja minimamente fechado, portanto é possível melhorar.

Ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, pensava que não tinha nada para ele, mas também tenho, senhor Presidente a nossa proposta é muito simples, nós propomos a criação de uma comissão desta Assembleia que reúna com a equipa técnica na primeira quinzena de outubro, nós queremos que isso se faça e deixo aqui o alerta ao Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara Presidente da Câmara, porque aqui ninguém tem medo, como disse o Presidente da Junta de Ferrel, ninguém tem medo uns dos outros. Relativamente a esta comissão, esta tem que reunir com a equipa técnica num prazo de quinze dias, a primeira quinzena de outubro, e deve na sequência disso, sugerir ao Presidente e à Mesa da Assembleia Municipal a convocação de uma reunião extraordinária, que proponho que seja em Ferrel, Ferrel tem uma associação de grande dimensão que tem capacidade para receber, e nós obviamente um espírito democrático, tendo presente que as pessoas estão com os nervos à flor da pele, mas é bom ouvir as pessoas, é natural, só quem nunca participou em Assembleias Gerais nas Associações de Estudantes, de vez em quando à uma assobiadela, uma boca, mas quer dizer nós temos que ter capacidade também para resistir a isso, devemos é ir para a Assembleia Municipal, com a informação toda para o debate do assunto, porque senão é assim, nós dizemos uma coisa, depois na segunda-feira à noite o senhor Presidente foi para as redes sociais e faz o desmentido de tudo, aquilo está ali tudo, mas depois há uma coisa que me entristece, é que o jornal da paróquia local é o jornal do Presidente da Câmara, isto é uma vergonha, o jornal da Paróquia, deve ouvir e registar a opinião do Presidente da Câmara, e bem, e se necessário um artigo, mas deve dizer aos outros partidos, façam o vosso também que é para as pessoas lerem ali as opiniões de todos, o jornal da Paróquia é parcial, portou-se mal, e isto numa época em que vivemos temos que dizer com todas as letras, seja quem for o diretor do jornal, o Presidente da Câmara tem direito a opinião, os partidos representados na Câmara e na Assembleia também têm direito, e isso é uma coisa que aquele jornal não respeitou, quer dizer não estamos todos, o Pedro levou nas orelhas não foi brincadeira, o senhor Pedro Barata, Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, ele não se defendeu, quando chega um artigo daqueles, o diretor do jornal ou chefe de redação não tem que dizer ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel que tem o direito a defender-se, tem cá um artigo sobre este tema, faça favor faça o seu artigo e as pessoas liam o que o senhor Presidente da Câmara escreveu que é legítimo e o que o Pedro escrevia, e quem diz estes dois casos podia dizer muitos mais, isto é que é democracia, isto não é jornalismo, nós temos que denunciar isto, a Assembleia é para isto.

Depois gostaria de saber, mas depois podem-me responder por escrito, não têm que responder hoje, a regularidade do Funcionamento das Comissões Municipais, a Comissão Municipal de Educação e a Comissão Municipal de Trânsito, não vou falar



mais sobre o PDM porque na reunião de junho falei o essencial daquilo que eu achava relativamente ao plano.

**Ângelo Marques (PS):**

Disse ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel que a frase original é que há mais vida para além do orçamento e tu aqui hoje replicaste que há mais vida para além do PDM, mas acabaste por falar no PDM. Eu vou só falar sobre o PDM, tinha muitas outras coisas para falar, mas vou só falar sobre o PDM e vou dividir a intervenção em duas partes, uma relativamente ao PDM propriamente dito e outra relativamente à petição pública.

O Plano Diretor Municipal define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município, sendo um instrumento de referência para o desenvolvimento de um concelho, e no caso de Peniche, já o disse e volto a afirmar o processo não tem sido bem gerido e mais tenho a convicção que o senhor Presidente da Câmara Municipal também já chegou a essa conclusão, justifico essa má gestão dando três exemplos, falta de discussão na Câmara Municipal, que é a Sede própria para discussão e aprovação ou rejeição do documento, segundo exemplo, falta de discussão e debate com os Presidentes de Juntas de Freguesia e com acolhimento de contributos das populações dessas freguesias e terceiro e não menos importante, a comissão de acompanhamento do PDM proposta por esta Assembleia Municipal e criada no âmbito desta Assembleia Municipal não reúne, e isso senhor Presidente é uma falha institucional e uma falha de respeito por esta Assembleia Municipal. Relativamente ao PDM ficava-me por aqui como alguns membros desta Assembleia Municipal já o disseram, haverá o tempo certo para discutir o PDM de uma forma efetiva e concreta.

Relativamente à petição pública, a petição pública não é mais que o resultado da má gestão que referenciei, senão reparem, é verdade que o documento final ainda não foi aprovado pelos sete membros que constituem a Câmara Municipal, porque nem sequer foi discutida na Câmara Municipal, de forma efetiva não foi discutida, toda a gente é unânime em dizer isso na Câmara Municipal, não foi discutido na Câmara Municipal, mas não é menos verdade que esta petição tem por base o conhecimento e mais do que o conhecimento a própria perceção que as pessoas têm relativamente à proposta da revisão do PDM e mais, os documentos que essas pessoas conhecem, que as populações conhecem, e eu chamava a atenção a todos os que estão aqui presentes e também aqueles que nos ouvem lá em casa, que a esta hora e a bom da verdade já devem ser muito poucos, que num cenário hipotético desta proposta de revisão do PDM, no que na atualização dos terrenos agrícolas diz respeito, iria reduzir a agricultura do concelho a uma agricultura de subsistência e iria prejudicar centenas de pessoas que são agricultores e/ou em empresas agrícolas, acrescentando a isso as famílias destas pessoas, só há uma hipótese, esta proposta nunca vai mesmo sair do papel, vai ficar lá no papel, não vai ser aprovada, ninguém quer o mal dos agricultores do concelho e aí junto todos, Presidente, os seis membros da Câmara e todos os Deputados Municipais, tenho essa convicção, junto todos, não estou aqui a fazer coisas de que uns estão a favor dos agricultores e outros estão contra, não, estamos todos a favor da atividade agrícola, mas o processo foi mal gerido senhor Presidente, e é isso que tenho que deixar bem claro, porque foi e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, sabe-o, e o simples facto desta hipótese poder ter acontecido justificou por si só esta petição e as manifestações de desagrado que não é problema da Junta de Freguesia de Ferrel, mas sim

um problema da Freguesia da Serra d'El-Rei, da Freguesia de muitas localidades de Atouguia da Baleia, em suma é um problema do concelho de Peniche.

Senhor Presidente, de uma forma muito tranquila, quero acreditar, aliás não quero acreditar, acredito, que o senhor Presidente não agiu de má-fé no processo do PDM, acredito que não agiu de má-fé, agora o que fica aos olhos de todos, podendo não ter gerido de má-fé que acredito que não geriu, geriu muito mal este processo, e isto já é uma constatação pública de todos. Os Presidentes de Junta de Freguesia, seja o senhor Pedro Barata, o senhor Afonso Clara, o senhor Jorge Amador ou a senhora Teresa Lopes, devem ser sempre respeitados, mas mais devem ser ainda mais respeitados quando estão a defender os superiores interesses das suas populações e quando não é a voz deles, mas eles são a voz dessas populações e portanto queria deixar isto aqui bem claro, o Presidente de Junta quando defende aqui os interesses das suas populações não deve ser acusado de politiquice nem de estar a capitalizar descontentamentos, ele está a fazer o papel dele, que é defender as suas populações, as populações que o elegeram, e o senhor Presidente sabe disso, o senhor Presidente sempre foi um célere defensor dos seus fregueses, antes de acabar só quero dizer o seguinte, os cidadãos que hoje fizeram esta manifestação e esta marcha pacífica, prestaram serviço público ao concelho de Peniche e aos seus concidadãos, pois foi esta manifestação e esta marcha pacífica que vai levar a uma discussão efetiva do PDM a partir do dia de hoje, não tenha dúvidas disso.

**Licínio Pereira (GCEPP):**

Informou que as duas questões que quer colocar é ao Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, na última reunião que aqui tivemos disse que tinha conhecimento de alguns projetos que estavam bloqueados pelo PDM, que ainda não estava aprovado e diz que podia provar aquilo que estava a dizer, e não estou a falar para o ar isto são palavras dele, queria saber se ele estava em condições de informar a Assembleia quem são as pessoas que foram vítimas desta situação.

Tinha outra questão que eu gostava de saber, isto foi uma afirmação no calor da discussão e que passo a citar, “e na questão do ordenamento de Ferrel se nos deixarem ficar como estamos, nós estamos muito bem, toda a gente quer ir para lá, aquilo faz-se casas e vende-se, as pessoas gostam como está, nós também, vivemos nas nossas sete quintas, se nos deixarem ficamos como estamos e ficamos felizes da vida e aí voto a favor com uma declaração de voto a dar os parabéns”

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Pedi desculpa senhor Ademar, mas disse que o mesmo não o conhece com certeza para fazer essas considerações que fez em relação a mim, tenho a certeza que a maior parte das pessoas, particularmente da cidade mas não só, que me conhecem e que sabem aquilo que eu sou, que eu não utilizo aquilo que são os métodos de alguns, mas que não são os meus, eu não faço insinuações, eu sinto que há procedimentos que, até porque eu em determinada altura os senti, que há certas pressões que o senhor acha legítimas, até posso entender que são legítimas, mas da forma como elas são feitas e são usadas não têm essa legitimidade porque estão a prejudicar um concelho. O processo está atrasado, está, como outros, este mandato tem sido uma monstruosidade de exigências que não aconteceram em mais nenhum que conheça, e eu conheço todos, e não é para me mostrar como vítima, mas na realidade se na minha visão em termos de organização fiz o que tenho estado a fazer é que tem alguma lógica e se quiser falar comigo

particularmente, podemos falar quando entender, entendo que este processo mesmo sendo moroso foi muito discutido, levamos de janeiro ou fevereiro de dois mil e dezoito o ano todo a discutir várias vezes e também em dois mil e dezanove, e quando se diz que não se discutiu e que agora até o Deputado Ângelo referiu que desrespeitamos os Presidentes de Junta, é assim, como foi dito que as reuniões sobre o PDM era só com o Presidente de Câmara e não é verdade, a primeira reunião foi com as Juntas de Freguesias, uma a uma, só a Serra d'El-Rei é que não aceitou que fosse com as Assembleias de Freguesia na altura, foram abertas a todos os senhores Vereadores e a todos os técnicos internos e externos, nalguns casos os senhores Vereadores com certeza por motivos pessoais não estiveram presentes, mas outros estiveram, agora não sei precisar em todos, sei que com a Serra que foi a primeira estivemos todos, com Peniche não estivemos todos, com a Atouguia também não estivemos todos, mas foi muito debatido e com Ferrel tiveram menos, mas não foi por culpa do Presidente da Câmara, que eu até acho é importante que estejam todos presentes, mas não estou a dizer que faltaram todos, não tenho a certeza, se o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel sabe, eu sinceramente já andei à procura desse apontamento mas não consigo encontrá-lo, mas houve esse propósito e mais e não corresponde à verdade que não se tivessem aceites nomeadamente em termos de plantas foram apresentadas várias alterações, várias, e outros contributos, até penso que no essencial tirando o caso de Ferrel, as freguesias tanto a da Serra como a da Atouguia viram aceites as suas propostas, mesmo que exista aqui uma reivindicação ou outra e houve disponibilidade inclusive para fazer mais reuniões e foram feitas, logicamente que algumas situações que quinquaram, não lavo as mãos porque eu sou o responsável. Em relação ao artigo da Voz do Mar, não fui eu que pedi para escrever a Voz do Mar, mas se calhar comparando com mandatos anteriores, em relação aquilo que é a Voz do Mar a tratar, nunca fiz pressões sobre a Voz do Mar, nenhuma, zero, mesmo com a rádio desde que sou Presidente não fiz nada, também sei que dizem que a rádio é do Presidente, o Presidente tem muito dinheiro para ter isto tudo, diria que é uma necessidade de esclarecer, alguns amigos e outras pessoas disseram-me que eu devia ter esclarecido à mais tempo, eu gosto que quando começo a falar das situações, gosto de alguma forma, não quero dominar todas as matérias mas gosto de ter algum conhecimento, e não tenho tempo para ter tanto conhecimento porque são muitos dossiês, e não é comparado ser Presidente de uma Câmara hoje, não sei como é que os outros fazem, devem ter as máquinas montadas e estruturadas, mas hoje, eu costumo dizer a ditadura dos e-mails e o sistema de pendentos que nós instituímos obviamente que são muito exigentes e que nos leva muito tempo, para além disso são muitos dossiês, a senhora Deputada Sofia Barradas, há pouco, estava a falar numa perspetiva que eu também tenho em termos do aproveitamento dos recursos de futuros próximos, mas é assim, todas as candidaturas quase tiveram que ser mexidas, algumas delas não estavam construídas, dizer que o dinheiro estava garantido, sim, tirando a minha culpa da alteração do projeto do edifício da central elétrica, o resto sim, a candidatura do fosso não estava construída, não existia, havia um júri e estavam a debater se era aquele gabinete, a arriba do Porto de Areia Sul não existia, a intervenção das muralhas não existia, os passadiços e o sistema dunar não existiam, e isso deu muito trabalho, e são processos muito burocráticos que a nossa Câmara infelizmente ainda não está preparada, estou completamente de acordo com a senhora Deputada Sofia Barradas da necessidade de constituir equipas multidisciplinares em relação à preparação do próximo futuro, nós estamos a fazer e depois queremos sempre mais, porque as

oportunidades, quem trabalha comigo sabe como é que eu sou não quero dizer como sou, eu trabalho muito mesmo e gosto muito dos projetos e das oportunidades, se quando entramos não estava nada tratado para a marginal norte, não estou a culpar ninguém, nem levantamentos tipográficos, e nós conseguimos a pouco e pouco ir fazendo segmento a segmento e hoje estamos no estudo geológico e vamos lançar o projeto de execução, toda praticamente toda, falta um segmento que é muito difícil e dizer olha aquele fica para trás, depois se conseguimos dinheiro ou não, vamos ver, mas como sabes se não houver projetos não há investimento e estamos atrás de uma forma acelerada da primeira parte da intervenção da zona industrial do Vale do Grou, e a negociar com as pessoas e já está no projeto e na especialidade, a ver se conseguimos apresentar e parece quase impossível até final de outubro essa candidatura e mais outras coisas que estamos a trabalhar e que às vezes nem temos tempo, mas também é verdade que as reuniões de Câmara são muito exigentes e a sua preparação e principalmente o seguimento a dar às reuniões de Câmara é um sistema que se quiseres ver uma reunião de Câmara e ver como é que se processa, e tira condições em termos de trabalho, a nós aos autarcas mas também aos todos serviços, para além disso estamos a recuperar, quando se fala muito da DPGU, é um objetivo, é por aquilo a funcionar como desejamos, com prazos pequenos, portanto as dificuldades, eu acho que toda a gente pode fazer considerações, dizer que trata toda a gente bem intencionado, que toda a gente quer discutir, mas eu continuo na mesma posição, nós devemos discutir e devíamos levar lá para fora quando as coisas estivessem minimamente amadurecidas entre nós, e até determinada altura as coisas aguentaram-se, fomos discutindo, propuseram a discussão da chamada unidade de execução, sim, mas depois quando se diz que a unidade de execução é isto, a unidade de execução não é nada, a unidade de execução não existe, existe no papel no mandato anterior e que ninguém aprovou, obviamente que devemos, como as ruas, como a privatização da praia, não é verdade, isto é interessante um edifício de dez andares, podiam votar os seis elementos da Câmara a favor que eu votava contra, como não gosto de outros edifícios, quando chego à minha terra, vindo de qualquer lado, e vejo o edifício Verde Mar, vejo a Torre, vejo o edifício Coosofi, e acho um absurdo, então, eu ia defender para a frente do Baleal um edifício com dez andares, nem defendo um hotel sobre a praia, posso dizer isto publicamente, hoje, depois quando eu digo a unidade de execução, e quando são usadas as minhas palavras, nunca me foi perguntado o que é que eu pensava o que era aquilo que podíamos transformar em unidade de execução, mas hoje vou dizer, porque foi esse propósito que eu tive quando proprietários de terrenos vieram falar comigo e vieram vários e outros procurei eu falar com eles, e quando dizem que eu não falei com todos houve um ou outro que não quis vir falar, os outros eu não estava interessado em falar, porque não era esse o meu projeto, mas não estava porque não me quis envolver nesse objetivo, porque quem conhece a proposta da unidade de execução percebe que tem um grande bloco de terrenos por aí fora, virado para o Baleal, e depois do lado esquerdo, onde várias pessoas conhecidas têm terrenos, aquilo é tão retalhado que acho que aquilo, sinceramente nunca concordaria que se fizesse uma unidade de execução ali, não era preciso, isso nunca foi discutido, estou a dizer isto pela primeira vez em público, não era preciso, aquilo era quase como uma coisa redonda e por aí fora, e mesmo de um lado ou de outro podia-se prescindir, depois eu nunca defendia a desapropriação, nunca, só numa situação extrema que alguém pudesse ficar de fora, o que é que eu procurei fazer e por isso acusaram-me de estar feito com os negócios, com os Israelitas e com os Espanhóis, os Israelitas vi mais vezes porque estão aí a fazer mais investimentos, estão a

fazer mais três ou quatro investimentos, se é um grupo económico, não sei quem é, estão a fazer dois pequenos investimentos na Marquês de Pombal, vão reabilitar dois edifícios, andavam atrás de outro para fazer um hotel, não sei se vão fazer ou não, disseram que já compraram aí outra coisa interessante que está abandonada há muito tempo e andam atrás de outras coisas, isso é mau para o concelho? O que é que eu disse às pessoas que vieram ter comigo e nomeadamente um Português, se querem fazer alguma coisa e propor à Câmara, vão falar com as pessoas, procurem dar-lhes valores justos e digam-lhes uma coisa, não façam como o professor, que eu acho que foi um erro crasso, cometeram vários erros, mas dizer às pessoas de Ferrel, nós queremos esta parte, não sei se disseram o valor porque eu não estava lá, queremos esta parte para fazer a unidade de execução, daqui para trás não queremos, isto é um absurdo, eu fiz o contrário porque se proporcionou e o Presidente de Junta estava lá e sabe que eu aproveitei logo a oportunidade e nem conhecia bem aquilo nas traseiras do cemitério, fizemos o contrário, o que é que fizemos, as pessoas por aquilo que entendi, pensavam que íamos pedir mais vinte ou trinta metros como era hábito, e um deles respondeu “ou Presidente mas porque é que a Câmara não compra aquilo?” e eu disse que dependia, se o negócio fosse bom para eles e bom para a Câmara e depois começámos a falar em valores e achei que era interessante foi a partir daí, e pedi ao senhor Presidente da Junta para vermos quem estava de acordo e fizemos um desenho e o senhor Presidente da Junta agarrou no processo enquanto consegui resolver, depois os processos mais difíceis passou para nós, falta resolver um, o senhor Presidente da Junta já deve ter recebido um ofício entretanto que a Câmara vai lá na Segunda-Feira com os sapadores para limpar o terreno de trás e fazer as marcas para ver se há ali alguma situação que temos de fazer e peço-lhe para lá esta se faz favor, porque esse é o propósito, é conversar, negociar, para mim era impensável, em qualquer sitio de Ferrel mas também do concelho, na zona industrial do Vale do Grou estamos a espremer tudo, tivemos sorte nalgumas conversas e nalgumas propostas de acordo, agora na unidade de execução do Baleal é que não, que eu gostava de ver ali uma coisa bonita, gostava, que para mim é impensável fazer um projeto daquela dimensão sem a colaboração da Junta de Freguesia, não, agora agarraram-se a uma ideia que é aquilo, para já agarraram-se os vinte e nove, não é vinte e nove quanto muito é doze, essa é a minha visão, se conseguirem, depois é assim, aparece um grupo económico, já agora fica tudo discutido, aparece um grupo económico, um Português, um Francês, malta de Ferrel e consegue comprar tudo, ótimo é mais fácil resolver, mas não consegue e junta dois ou três daqueles homens ou mulheres daquilo, ótimo, nós estamos cá para fazer parte da solução, nós não queremos impor nada, nós queremos é que aquilo se faça bonito, não me venham dizer como há bocado o senhor Deputado Licínio Pereira referiu e eu também ouvi, não me venham dizer deixem aquilo em Ferrel como está que nós não nos importamos, desculpem lá mas eu como Presidente da Câmara nunca vou aceitar isso, acho que devemos aproveitar a oportunidade e todas aquelas pessoas que têm espaço que podem contruir vão contruir, agora não é casinhas sem qualquer qualidade, que há ali muitas coisa que é uma pena, aquela avenida não está bem e se nós podermos fazer pelo menos na frente do Baleal uma coisa bonita, para as pessoas ganharem dinheiro, sim eu não estou contra ninguém e não é para me defender, é esse o caminho e é isso que eu queria, o que é que eu tentei, por isso é que não quis no fundo avançar com a discussão, que houvesse uma solução sólida que fosse mais facilitadora, que tivesse um proprietário ou dois ou três e que tivessem organizados e o resto depois tenho a certeza que chegava à Câmara e a Câmara arranjava uma solução, independentemente

de me perguntarem se eu gostava que o espaço de estacionamento ficasse à frente dos edifícios, não, nem aqui nem em lado nenhum, que aquilo tem que ter zonas verdes que se adaptem àquele meio, sim, se tem que fazer um hotel, tem que chegar lá mais para trás, até provavelmente na zona que ainda hoje não está considerada com unidade de execução, que era aqueles terrenos que diziam que não eram precisos, agora nós temos que conversar sobre isto, se o senhor Presidente de Ferrel tivesse chegado ao pé do Presidente de Peniche e como ele dantes falava comigo e dizia naquela altura, “ou tio o que é que tu pensas disto ou daquilo? O que é que tu pensas da agricultura, já viste aquilo” e eu dizia isto é uma tontice. O que é que o Henrique Bertino Batista Antunes, Presidente da Câmara de Peniche pensa da agricultura, como está, nunca imaginei que fizesse o que fizesse, e por isso a minha indignação, nem eu nem os meus colegas da Câmara, que isso não foi discutido, não, mas como é que se passa para este ponto, estamos atrasados estamos, mas para passar para isto não é a mesma coisa que os carros não passarem no meio de Ferrel, essa foi conversada, e bem conversada, até me lembro da conversa da senhora Nídia, toda enofrada a dizer que os carros tinham que passar em Ferrel, e eu disse, vocês querem que passe por Ferrel eu também nunca disse que não, mas se calhar era melhor uma alternativa, que era a alternativa que até estava mal desenhada, até o primeiro Presidente da Junta não viu que estava mal desenhada e que passava por cima de uma casa, depois viu a outra e foram conversando, eu quero lá saber que ela passe mais aqui ou ali, depois do projeto final posso olhar, agora estão na discussão e eu disse têm uma alternativa, há alturas em que as pessoas querem é vir do Baleal e ir direito à Atouguia da Baleia, aquilo é uma mais-valia, sem terem que vir a Peniche, e mais, uma estrada, uma variante tem outra possibilidade como disse na Atouguia sobre dois casos e dá mais oportunidade de construir que lá tiver terrenos, nem sei quem são mas o Presidente sabe, e a solução era esta, era retirar, quando vou pela Rua Cruz das Almas para Ferrel e vou por aquelas ruas, aquilo é um autentico labirinto, nem sei como é que não há lá mais acidentes, se calhar não há mais acidentes porque se calhar têm medo e encolhe-se e a gente continuar com essa solução, acho que devíamos aproveitar esta oportunidade para fazer outra coisa melhor.

Em relação aquele grande terreno que lá está, essa não é falada, mas que houve algum incómodo, houve e o senhor Presidente levantou e bem, e depois os proprietários vieram e nós tentamos com os técnico encontrar uma solução e estão a trabalhar, estamos à espera dessa solução e demos alguns conselhos, eu próprio defendi a Sul da Balealcoop, aquilo que era a discoteca e que hoje é daquele grupo Francês, que até é terreno municipal pelo que percebo, que se abrisse uma rua por aí a Sul de Ferrel e que fosse por aí fora e disseram-me que não por causa dos solos, portanto eu defendi isso e depois de não poder ser aí é que eu preocupado com a dificuldade que é a Rua Cruz das Almas defendi o outro mais acima, claro, e foi sempre este o meu propósito, aquela das praias eu acho que é ridículo, depois há outros pormenores que não são falados e que nós falámos, mas é assim o propósito não foi não falar com as pessoas, foi falar com as pessoas quando estivessemos preparados e que a Câmara tivesse amadurecido e eu assumo a minha responsabilidade, o atraso é meu, não foi com nenhuma má intenção, mas há uma coisa que eu possa ter sugerido, não me lembro e posso estar enganado, não há registos, eu mandei ver os registo todos, se eu tinha alguma vez dito que não ia a Ferrel, e quando dizem que eu ultimamente disse que não ia a Ferrel, tenho aqui a transcrição da Assembleia de vinte e nove de julho de dois mil e vinte do que disse, isto está gravado, podem ir ouvir quando quiserem: “agora depois disto tudo, perguntarem se vou propor

uma reunião na Freguesia de Ferrel, eu sei como as coisas estão, já estavam, para partir o resto não contem comigo, se querem esclarecer até ao pormenor aquilo que há para discutir para nós esclarecermos e perceber o que está em jogo vamos fazer esse trabalho sério e partir de setembro vamos fazer isso”, isto foi o que eu disse em vinte e nove de julho, há outras coisas que não estão gravadas, provavelmente o Jorge também nessa reunião pode ter dito que devíamos ir discutir a agricultura, eu não me lembro disse, palavra, mas posso estar enganado, não estou a dizer que o Presidente de Ferrel está a mentir, não é nada disso, eu estou a dizer é que não me lembro se disse para a agricultura, porque se disse para a agricultura eu provavelmente tinha ido falar com os agricultores e não precisava se calhar do professor Jorge nem ninguém, se disse que era para irmos discutir o PDM, se foi isso eu provavelmente disse que não, naquela altura porque tínhamos que nos preparar, eu levei o PDM para estudar nos dez dias de férias que tive, estudei alguma coisa, não sei tudo, mas sei alguma coisa, já estou mais bem preparado, já sei responder, é verdade que não respondi a tempo e a horas, mas está aqui, hoje podia ler um documento que escrevi eu todo de dezanove páginas em relação a um conjunto de situações.

Todos podem entender que é legítima a petição, o que eu entendo é que a petição é proposta, é assinada em pressupostos errados, porque são coisas que não existem e quando digo que não existem é que não há uma proposta da Câmara ainda consensualizada, discutida, falámos da agricultura, falámos disto mas não consensualizamos nada, temos que ter tempo, é verdade a Covid não ajudou, é verdade mas também houve outras coisas que não ajudaram e a pressão acabou por ser enorme e não nos dar tempo, o que eu no fundo estava a pedir é que nos dessem mais algum tempo, o que nos estão a dizer hoje acontece, também em reunião de Câmara e é verdade que foi proposto várias vezes que fizéssemos uma reunião sem a equipa externa, já combinamos e vamos fazer a reunião sem a equipa externa, não há problema nenhum, mas estou melhor preparado para isso, até já tenho propostas que se calhar vou surpreender os meus colegas e podia falar numa que estavam todos convencidos que a estava a defender e eu deixei andar, todos tiveram a discutir aquela e eu tenho uma opinião completamente diferente da que eles pensavam que eu tinha e que o professor Jorge tinha, mas eu não tinha, mas é assim, este é um processo muito complicado, longo que para além de ter que se consensualizado as vezes até tem que ser negociado, no sentido positivo entre os autarcas, mas é desgastante é mas tem que ser, agora que não precisávamos desta situação de destabilização, não, eu não precisava, agora que eu tenho medo, que o Presidente da Junta de Ferrel me vem buscar para eu ir a Ferrel, era o que faltava, o Presidente da Câmara de Peniche ainda a semana passada teve em Ferrel, teve ao lado do cemitério e teve na Rua Nossa Senhora da Guia, no largo, teve lá a ver aquilo tudo, a explicar a dois chefes de divisão novos que não conhecem isto bem, a explicar o que estamos ali a fazer, como é o projeto, o que vamos fazer, a obra, porque os prazos estão ultrapassados, agora se entendem que é fácil explicar porque é que um ano e meio depois não temos aquilo feito e devíamos ter, para mim já tinha as obras todas feitas, aí é que era campanha, agora estar a tirar trabalhadores de uma equipa daqui para ir para ali porque tem que ser e depois começar a fazer contas e perceber que só o projeto da especialidade são trinta e cinco mil euros para o cemitério, e decidir parar para que a Câmara faça a obra do Cemitério, e se for preciso vai fazer a obra da Rua Nossa Senhora da Guia e vai fazer lá as casas lá da curva, falta só uma escritura, está uma feita, mas se calhar também é por culpa minha porque não falei ainda com quem falta, têm razão em relação às

lombas, tem Ferrel e todos os outros, mas a equipa de alcatrão é sempre a mesma. Onde é que eu alguma vez disse que confio cegamente na minha equipa, nunca, a primeira vez que o professor Jorge Carvalho foi à minha procura, era eu Presidente de Junta e estava com uma roupa toda suja no estaleiro da Junta de Freguesia e ele entrou sorrateiro, falou comigo e nem sei porque é que ele foi ter comigo, não sei, não fui eu que o contratei, não o conhecia de lado nenhum e foi-me falar em duas ou três coisas, uma delas nunca mais me esqueço, a Marginal Norte, porque ele queria acabar com a Marginal Norte e eu disse que não concordava, nós Penicheiros gostávamos muito daquilo e não sei se no dia lhe disse que só por cima do meu cadáver, mas aqui nesta sala disse-lhe, quando ele veio aqui discutir o PDM, no mandato passado, eu disse-lhe "*só por cima do cadáver*" e digo-lhe mais uma confidência, na primeira reunião que eu tive com o professor Jorge Carvalho e com o Arquiteto Gil, e estava o Arquiteto Ribeiro Gonçalves, estava a Vereadora Ana Rita e não sei se estava mais alguém, tivemos a discutir e aquilo fez-me confusão, mas eu já disse várias vezes, não é o projeto do Professor Jorge Carvalho, é nosso e parece que ninguém acredita, os outros Vereadores dizem isto, eu também já disse isto em reunião de Câmara ao Professor Jorge Carvalho e ele sabe-o, ainda aqui há dia seu votei contra um parecer dele e ele estava a pensar que eu lhe ia pedir para mudar o parecer dele e eu disse-lhe que comigo isso não funciona assim e votei contra e todos votaram a favor, em relação a essa reunião, estivemos muito tempo a conversar, fiquei com a mesma ideia que muitos de vos têm do Professor Jorge Carvalho naquele dia e olhei para ele, olhos nos olhos, e disse-lhe o Professor está contratado pela Câmara, o senhor está aí com as suas ideias mas o senhor vai aplicar no PDM às nossas ideias, não é a minha, é a dos Penicheiros, e Penicheiros para mim é o concelho todo, nunca tive dúvidas desses e não pretendo ter, por isso é que não compreendo isto, espero um dia compreender porque é que isto aconteceu, se foi um grande equívoca, não quero fazer juízos de valor, mas é assim, há pessoas que me vem perguntar o que esse passou, mas eu não sei o que se passou e neste momento quero trabalhar para arranjar soluções. O erro para a equipa técnicas das ideias do Baleal, não tenho dúvidas, meu herdei é verdade que herdei, aliás até acho piada quando o Presidente da Serra diz que o Professor Jorge Carvalho assim e o Professor assado, eu não o conhecia se alguém o conhecia não era eu, até podia cometer o mesmo erro, não sei se o Partido Social Democrata tem razão se devias contratar outra pessoa, depende de quem é a outra pessoa, se me disserem que são técnicos que apresentam projeto como já me disseram, não concordo em absoluto, se podias contratar outro técnico melhor, provavelmente podíamos, agora se tínhamos cá dentro, não, eu digo não, os outros podem dizer sim, essa é a minha opinião, hoje se calhar temos mais, mas não digo que não.

Porque é que renovei o contrato? Renovei porque não quis correr o risco de isto se atrasar tudo, renovei porque aquela equipa goste-se ou não dela, estava a fazer o seu trabalho e estava muito desenvolvido e uma equipa nova que viesse de fora, e nós dentro da casa não temos ninguém preparado e quem teimar que neste concelho há pessoas preparadas para fazer, para já acho que não era correto, estarmos a por num processo deste pessoas que objetivamente trabalham para fazer projetos particulares, portanto não faz sentido nenhum, há uma coisa que também quero dizer hoje, agradeço que o senhor Presidente da Junta de Ferrel disponibilize a sua equipa técnica, que o ajudou a fazer as avaliações, para trabalhar com a nossa equipa técnica, os internos e os externos e inclusive se os membros da Câmara quiserem envolver-se por mim tudo bem e se os senhores membros das Juntas de Freguesias, os senhores Presidentes também quiserem envolver



tudo bem, para mim está tudo bem, e não é de hoje, mas isto tem que ser cada coisa no seu tempo. O senhor Presidente da Assembleia dizia no outro dia, temos que reunir a comissão, temos sim, e tem de ser no mês que vêm, a reunião interna sobre isto com os membros da Câmara provavelmente será dia doze, penso que, não sei se ainda em outubro, mas talvez em novembro possamos ir novamente, porque já lá fomos, eu gostava que fizessem uma avaliação da construção dos PDM nos outros Concelhos, não estou a acusar ninguém, para fazer alguma comparação mas estudem isso, ainda à bocado foi dito que havia Câmaras a pagar os testes, já vários colegas responderam, há um que é um pequenino que paga pouco mas também tem uma disponibilidade financeira muito agradável que é Óbidos.

Sobre a agricultura já falei, é verdade o senhor Presidente da Junta de Ferrel está muito bem informado, eu amanhã vou reunir com uma associação de agricultores que me pediu para reunir comigo, é verdade que já me apetecia ter falado com os agricultores há mais tempo, tentei reunir com alguns agricultores de Ferrel, apareceu um que foi o meu amigo Fernando, é um grande amigo. Em relação à agricultura quero debater mais um pouco, tenho pena que não consigamos trabalhar com os senhores agricultores de uma forma que eles merecem e que seria muito bom para o nosso concelho, mas isso a aceleração é muito, mas não dá para tudo. O jornal que saiu em agosto não tinha matéria para falar sobre o PDM, só se fosse para reconhecer que o processo tinha estado parado, que havia peças da REN e da RAN procedimentos que tinham avançado, que muitas dessas situações já temos resposta e que os nossos técnicos estão a trabalhar com elas, disse e é verdade e com toda a frontalidade em relação a uma questão que ainda não falei, as zonas verdes e equipamentos, quando digo que deve ser o Presidente da Junta, eu digo, quando alguém pintou uma zona verde ou para equipamentos lá em Ferrel, não fui eu não é para me desculpar, e se eu pintasse eu não sabia de quem era, agora acho que pode ser uma política interessante e pode ser um bom serviço prestado ao PDM e a Ferrel, que a Junta de Freguesia pudesse trabalhar uma solução que não fosse tão penalizadora para os proprietários na vila, agora vou aplicar um termo mais à penicheiro, mas aí tirem o cavalinho da chuva, nunca houve o propósito de prejudicar quem quer que fosse, aquelas pessoas que por qualquer eventualidade, por decisão nossa possam ficar em zona verde ou zona de equipamento têm que ser compensadas, hoje e com isso já não se brinca, no limite numa situação que eu não estou a ver que seja possível ali, acho eu, e não é porque tenho medo dos Ferrelejos como disse, eu respeito, não gosto de certas coisas que me disseram que estavam na internet, obviamente que a minha mulher não está nada satisfeita que digam que deem "tiralhadas" à pombinha e outras coisas, é que isto nós sabemos como começa mas não sabemos como acaba, e eu posso dizer assim, e se isto acabar mal, toda a gente controla tudo, é tudo pacífico, e se acaba mal comigo ou com outra pessoa qualquer, quem é que vamos incriminar, a quem é que vamos pedir à Judiciária para ver o telemóvel deste e daquele, vão analisar os documentos, as gravações e depois vamos ver, isto é tudo muito bonito mas é preciso cuidado, nós somos todos ser Humanos, como o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, disse, ninguém bate em ninguém, mas há climas que ultrapassamos, eu estive em greves que se não tivesse a personalidade que tenho se calhar tinha havido azar, um amigo que tu conhecesse que não é daqui, se eu não me tivesse posto à frente ele levava uma malha de porrada, na altura dos armadores na Docapesca, portanto é assim, eu não tenho medo, sinceramente não tenho medo, alguém escreveu que todos temos medo, não, não sou herói, não quero morrer e acho que era muito mau para o nosso concelho se

houvesse aqui alguma coisa que corresse menos bem neste processo todo, porque a discussão é política, os interesses como o Ademar disse são legítimos, nós temos que diferenciar e quando eu digo os interesses legítimos, eu depois posso falar em concreto o que é que eu penso.

**Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

O senhor Presidente foi o maior hoje, que isto hoje foi muito difícil de dirigir, já disse isto duas vezes este ano, mas é o seguinte, relativamente aquilo que o Presidente disse e naturalmente não teve tempo para responder a tudo, chamo-lhe a atenção que há uma coisa que chama rigor e naturalmente a esta hora é difícil ter muito rigor, nós tivemos uma reunião na Câmara é verdade, eu fui convidado a participar e participei numa reunião pública em que teve o Presidente e a equipa técnica na Serrana, nessa reunião é apresentado um mapa do qual eu sou surpreendido com duas ou três coisas que lá estão, o senhor Presidente pediu-me para intervir e eu disse não, eu hei-de intervir durante a sessão, porque quis pensar antes de falar, e depois eu próprio pedi para me ser enviado aquela documentação que estava a ser apresentada em primeira mão à população e que eu não conhecia, eu não acho isto normal.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que reuniram mais uma vez no sábado de manhã, fui eu e a equipa técnica, e depois não reuniram mais porque o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei não tinha tempo. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel foi quem reuniu mais.

**Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Disse que ficou de ser marcada uma reunião em função das agendas de cada um, porque as propostas, não há dúvidas sobre isso, aliás sobre a questão do planeamento a lei é clara, tem que haver planeamento e este tipo de reuniões tem que ser combinadas entre as partes, Câmara e Junta de Freguesia, não houve agenda, mas não reunimos porque não quisemos, aliás o senhor Presidente só não reúne comigo porque não quer, aliás eu registei o seu discurso no início relativamente ao tema no geral, mas só para lhe dizer que nós não reunimos desde a última reunião que teve lugar no ano passado no âmbito do orçamento para este ano.

**Ademar Marques (PSD):**

Queria só dizer o seguinte, eu naturalmente depois darei na próxima Assembleia resposta aquilo que o senhor Presidente disse e creio que as pessoas que estão em casa terão a oportunidade de por questões porque hoje não tiveram, mas queria só perguntar se não se devia votar aquilo que a senhora Chefe de Divisão referiu, é que me parece que é urgente.

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Disse que sublinhava, para ser rápido, porque não iria estar a responder àquilo que já disse no início, porque as questões não andam por isto mesmo, nós respondemos a seguir o senhor Presidente fala como se não tivéssemos dito nada ou não ouve ou não sei, e o problema de haver estas questões todas é precisamente isto ninguém é capaz de dizer quais é questão os pisos, por isso é que há equívocos, o senhor Presidente dizia na

segunda-feira que eram vinte e nove agora aqui já diz que são doze e depois que já tem uma ideia assim e assado, parece que não fizemos propostas nenhuma, nós colocamos várias propostas na unidade de execução e não nos responderam, desde fevereiro até agora e depois fazem-se aqui de vitimas, apresentem propostas, façam as vossas coisas, a equipa técnica que venha trabalhar com a nossa, nós fizemos propostas escritas, quantas é que fizemos, quantas páginas tinha aquilo, vinte e cinco, está lá por escrito, avalie e depois responda por escrito também.

Respondendo ao senhor Deputado Licínio Pereira, esses projetos que foram bloqueados acho que o do senhor Rui Vilela é um deles, é pedir-lhe para ele mandar a documentação, e há um que foi parcialmente divulgado nas redes sociais, eu vou perguntar ao promotor se posso, já perguntei a três, sabe o que eles me responderam, com aquele Presidente quem é que vai lá por o nome, isso é para nunca mais trazer nada daquela Câmara enquanto ele lá estiver, foi isto que me responderam. Aquilo que fizeram contatando meia dúzia de agricultores, ou contatavam os que estavam aqui ou não contatavam nenhum, agora ir lá o senhor que foi e depois diz que não vai ter com um porque não fala com ele e que não vai ter o outro porque o outro fala demais, isto foi dito a eles, agora houve aqui uma coisa que não respondeu e que espero que venha depois por escrito, quando o senhor Presidente faz aquelas insinuações que há interesses, gostava que respondesse quem é que tem os interesses, quais são os interesses e a que se refere, se não fosse por escrito pelo menos que o fizesse aqui hoje.

**Licínio Pereira (GCEPP):**

Disse que, em relação à questão dos projetos que são chumbados por causa do PDM, que ainda não existe, foi ver a Lei e foi confrontar os serviços municipais e eles dizem que não existe nenhum projeto chumbado por causa disso.

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**3) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA, AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2020 (MODIFICAÇÃO N.º 16):**

A Assembleia Municipal passou à apreciação do terceiro ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

**Deliberação n.º 7/2020:** Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com vinte e três (23) votos a favor, dos eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), do Partido Socialista (4) e da Coligação Democrática Unitária (4), e duas abstenções (2) do senhor Presidente da Mesa, Américo Gonçalves, eleito pelo Partido Socialista (1) e do senhor Deputado Jorge Guerreiro, eleito pela Coligação Democrática Unitária (1), aprovar a alteração modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais do Município de Peniche, para o ano de 2020.

Os originais dos documentos agora aprovados ficam arquivados em pasta anexa aos livros de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

**4) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - REFEIÇÕES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2020/2021:**

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

**Deliberação n.º 8/2020:** Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche, observando o artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, deliberou, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, autorizar a Câmara Municipal a assumir um compromisso plurianual, concretamente para o ano de 2021, com a aquisição de refeições escolares no valor de até 450.000,00 euros, acresce o IVA à taxa legal em vigor.

**5) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A 2.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE PENICHE PARA O ANO DE 2020:**

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quinto ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

**Deliberação n.º 9/2020:** Submetida a proposta da cm a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, observando a alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, por maioria, com vinte e quatro (24) votos a favor, dos eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), do Partido Social Democrata (8), do Partido Socialista (4) e da Coligação Democrática Unitária (4), e um (1) voto contra, do senhor Presidente da Mesa, Américo Gonçalves, eleito pelo Partido Socialista (1), aprovar a segunda alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2020, aprovado pela Assembleia Municipal, em 13 de dezembro de 2019, e alterado por deliberação da Assembleia Municipal de 19 de junho de 2020.

O original do documento agora aprovado fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

**MARCAÇÃO DE NOVA REUNIÃO:**

**Deliberação n.º 10/2020:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, que os trabalhos desta sessão prosseguirão no dia sete de outubro de dois mil e vinte, com a realização de uma nova reunião, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com

início às vinte e uma horas e trinta minutos, com dispensa de convocação escrita.

**APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:**

**Deliberação n.º 11/2020:** Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

**ENCERRAMENTO:**

Sendo duas horas e cinquenta minutos do dia vinte e seis de setembro, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a primeira reunião da sessão ordinária do mês de setembro, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselène Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

Os originais dos documentos referidos nos pontos três, cinco, seis, sete, nove, dez e onze, aprovados nesta reunião, ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

*(assinado no original)*

---

Chefe da Divisão de Administração e Finanças,

*(assinado no original)*

---